

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**A FUNÇÃO DA HISTÓRIA OU A REDENÇÃO DOS OPRIMIDOS: INFERÊNCIAS
DAS “TESES SOBRE O CONCEITO DE HISTÓRIA DE W. BENJAMIN” À
CULTURA HISTORIOGRÁFICA.**

DEIBSON JOAQUIM DOS SANTOS

Orientador: Prof. Dr. Betto Leite
Linha de Pesquisa: Lógica e epistemologia.

**JOÃO PESSOA – PB
JUNHO – 2019**

**A FUNÇÃO DA HISTÓRIA OU A REDENÇÃO DOS OPRIMIDOS: INFERÊNCIAS
DAS “TESES SOBRE O CONCEITO DE HISTÓRIA DE W. BENJAMIN” À
CULTURA HISTORIOGRÁFICA.**

DEIBSON JOAQUIM DOS SANTOS

Orientador: Prof. Dr. Betto Leite

Linha de Pesquisa: Lógica e epistemologia.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia, do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes na Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

JOÃO PESSOA – PB

JUNHO – 2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237f Santos, Deibson Joaquim dos.

A FUNÇÃO DA HISTÓRIA OU A REDENÇÃO DOS OPRIMIDOS:
INFERÊNCIAS DAS "TESES SOBRE O CONCEITO DE HISTÓRIA DE
W. BENJAMIN" À CULTURA HISTORIOGRÁFICA. / Deibson
Joaquim Dos Santos. - João Pessoa, 2019.
97 f.

Orientação: Betto Leitte.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Walter Benjamin. 2. historiografia. 3. cultura
histórica. 4. historicismo. I. Leitte, Betto. II.
Título.

UFPB/CCHLA

A FUNÇÃO DA HISTÓRIA OU A REDENÇÃO DOS OPRIMIDOS: INFERÊNCIAS
DAS "TESES SOBRE O CONCEITO DE HISTÓRIA DE W. BENJAMIN" À
CULTURA HISTORIOGRÁFICA.

DEIBSON JOAQUIM DOS SANTOS

Dissertação de mestrado defendida em ____/____/____

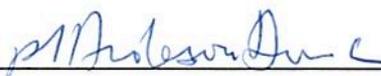
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Betto Leite

Mestrado em Filosofia UFPB

Orientador



Prof. Dr. Anderson Darc Ferreira

Mestrado em Filosofia UFPB

Prof. Dr. Cristiano Bonneau

UFPB

Membro

DEDICATÓRIA

“Dedico este trabalho a Deus, minha mãe, meu pai (In Memoriam), meus irmãos, filhos e familiares.”

“Ao professor Giovanni Queiroz (In Memoriam), que foi um grande amigo e incentivador”.

“Ao meu irmão Heracrison Joaquim dos Santos (In Memoriam), que nunca esqueceremos”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me iluminado nessa jornada. A minha mãe, Maria do Socorro Silva dos Santos, pois sem ela eu não alcançaria nenhum dos objetivos que tracei na vida e ao meu pai (In Memoriam). Aos meus irmãos, Judson Joaquim dos Santos, Heracrison Joaquim dos Santos (In Memoriam) e Talita Silva Santos, já que são nossas “bases” nos momentos ruins da vida. E, não poderia esquecer os meus filhos Kauã Marley e Duan Alyson, pois são motivações na minha caminhada.

Aos colegas da turma de História na UFRPE, especialmente, Walter Lisboa, Luana Espinhara, Ana Maria, Carol, Jonathan, Nadeji e Ingrid, uma vez que são amigos que levaremos para sempre em nosso coração.

Aos professores que contribuíram para minha formação, durante a graduação, por isso, hoje temos grande apreço e amizade: Claudia Lima; Augusto Neves (In Memoriam), pelas colocações e apoio quando precisávamos; A Professora Luciene Santos, pela amizade e apoio; ao Professor Williams Andrade.

Ao coordenador do Mestrado em Filosofia da UFPB, professor Bartolomeu Silva e, a todos os professores que contribuíram para a nossa aprendizagem durante a época do mestrado: Marconi Pequeno; Narbal Marsillac; Giuseppe Tosi; Edmilson Alves, Giovanni Queiroz (In Memoriam) e a todos técnicos da secretaria do mestrado. A professora Diana Souto pela amizade e apoio ao revisar essa dissertação.

Assim como, os amigos que sempre nos apoiaram e escutaram nossos dramas: Neide Nascimento, Gustavo Henrique e Marcelo Dionísio.

RESUMO

Este trabalho é uma contribuição para os debates sobre a importância da obra de Walter Benjamin para o conhecimento histórico, mais especificamente, na relevância das críticas realizada contra o modelo historiográfico inspirado pelo historicismo. Além disso, elaboremos argumentos que demonstre seus apontamentos para uma historiografia promotora da consciência histórica na classe oprimida. Entretanto, é necessário compreender que não é possível refletir sobre os argumentos de Benjamin nas Teses, sem um diálogo com outros textos de sua obra. Por isso, o problema central é compreender qual é a função da História na perspectiva de Walter Benjamin. Dessa maneira, a hipótese apresentada sugere que a escrita da História sobre a ótica defendida nas “teses sobre o conceito de história” deve apropriar-se dos instrumentos epistemológicos que oponham as culturas histórica e historiográfica dominantes, especialmente, as que são embasadas nas ideias historicistas. Por isso, é sugerido que existem mecanismos metodológicos propostos por Walter Benjamin para uma historiografia que contribua à redenção dos oprimidos. Para isso, foi preciso realizar uma interlocução entre os escritos benjaminianos anteriores a esse texto, as reflexões elaboradas pelos comentadores e os autores que possam contribuir para a justificação dos argumentos presentes nesse texto. Nesse sentido, é preciso compreender que a amplitude teórica das teses reflete à práxis política, acadêmica e a vida de nosso teórico, de modo que não seria possível construir um trabalho que pudesse refletir sobre todo o arcabouço conceitual da obra de Benjamin por meio de um simples trabalho dissertativo. Por isso, foi preciso empenhar esforços em três perspectivas que identificamos nas “Teses Sobre o Conceito de História”: a cultura historiográfica e histórica dominante; a catástrofe histórica como instrumento para a dominação da classe oprimida; a reprodutibilidade técnica na produção do saber histórico e o papel das emoções e sentimento enquanto instrumento para a redenção dos oprimidos e construção da consciência histórica dos oprimidos. Porém, esses temas não serão tratados isoladamente, uma vez que a nossa pretensão é justificar ou ratificar a ideia que a historiografia historicista fortaleceu os instrumentos de dominação da burguesia contra a classe oprimida, por consequência, favoreceu o esquecimento das emoções e sentimentos vinculados aos acontecimentos históricos, ou seja, contribuiu para dissociar os processos históricos da construção da consciência histórica.

Palavras-Chave: Walter Benjamin – historiografia – cultura histórica – historicismo.

ABSTRACT

This work is a contribution to the debates about the importance of Walter Benjamin's work for historical knowledge, more specifically, the relevance of the criticism made against the historiographical model inspired by historicism. In addition, let us elaborate arguments that demonstrate his notes for a historiography that promotes historical consciousness in the oppressed class. However, it is necessary to understand that it is not possible to reflect on Benjamin's arguments in the Theses without a dialogue with other texts of his work. Therefore, the central problem is to understand what is the function of history in the perspective of Walter Benjamin. Thus, the hypothesis presented suggests that the writing of History on the optics defended in the "theses on the concept of history" must appropriate the epistemological instruments that oppose the dominant historical and historiographic cultures, especially those based on historicist ideas. . Therefore, it is suggested that there are methodological mechanisms proposed by Walter Benjamin for a historiography that contributes to the redemption of the oppressed. For this, it was necessary to make an interlocution between the Benjaminian writings previous to this text, the reflections elaborated by the commentators and the authors that can contribute to the justification of the persistent arguments in this text. In this sense, it is necessary to understand that the theoretical range of the theses reflects the political, academic praxis and the life of our theorist, so that it would not be possible to construct a work that could reflect on the whole conceptual framework of Benjamin's work through a simple dissertation work. Therefore, efforts had to be made in three perspectives that we identified in the "Theses on the Concept of History": the dominant historiographical and historical culture; historical catastrophe as an instrument for the domination of the oppressed class; the technical reproducibility in the production of historical knowledge and the role of emotions and feeling as an instrument for the redemption of the oppressed and the construction of the historical consciousness of the oppressed. However, these themes will not be dealt with in isolation, since our intention is to justify or ratify the idea that historicist historiography strengthened the instruments of bourgeois domination against the oppressed class, consequently favoring the oblivion of emotions and feelings linked to events. that is, it contributed to dissociate historical processes from the construction of historical consciousness.

Keywords: Walter Benjamin - historiography - historical culture - historicism.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
I. A cultura historiográfica dominante.....	17
1.1. O conceito de cultura.....	17
1.2. Críticas às culturas histórica e historiográfica.....	22
II. A História como catástrofe.....	44
1.1. A ideia de história como catástrofe.....	44
1.2. Estado de exceção como catástrofe Histórica.....	47
1.3. A apropriação do saber como catástrofe histórica.....	59
III. História entre técnicas e emoções.....	67
1.1 História e reprodutibilidade técnica.....	67
1.2. Emoções e sentimentos como uma práxis revolucionária.....	81
Conclusão.....	91
Referências Bibliográficas.....	94

Introdução

A presente dissertação é fruto do interesse pelo modo como a História é percebida e escrita na sociedade hodierna. Não é menos importante lembrar que, também é resultado da inspiração pela vida e obra de Walter Benjamin que como filósofo centralizou suas investigações no papel que a História desenvolve para o funcionamento das sociedades modernizadas, sobretudo, no que se refere à tessitura do conhecimento histórico.

Cabe lembrar que, a segunda década do século XXI está sendo marcada pelo fortalecimento do discurso reacionário, defendido por grupos políticos que tem se apropriado das ideias do fascismo, é importante destacar que esses grupos, tanto no Brasil, como nos países da América e na Europa têm disputado os espaços tradicionais da política partidária, da mídia e sociedade. Há de se dizer que as tecnologias da informação e comunicação têm facilitados à popularização desses discursos e práticas que contribuíram para os conflitos violentos que marcaram o século XX.

Contudo, é importante não cometer anacronismo durante as investigações desses fenômenos políticos: tal condição obriga a compreender os mecanismos de controle da sociedade, assim como as formas que o poder político é exercido, pois isso é primordial para que se possam estimular os discursos em prol da manutenção dos direitos sociais adquiridos.

Nessa perspectiva, a obra de Walter Benjamin é um instrumento para a compreensão dos fenômenos políticos que motivaram a ascensão do fascismo. Ressaltando também que, na obra desse filósofo encontram-se críticas aos movimentos intelectuais e práticas políticas que, na época, deveriam ser os mecanismos para impedir o desfecho da ascensão fascista, especialmente a variação alemã, o nazismo, uma vez essa variação do fascismo foi responsável por inúmeras atrocidades e violência contra parte da população alemã, causando a morte e sofrimento a milhões de pessoas.

Não obstante, o nosso filósofo nasceu nos últimos anos do século XIX, mais precisamente em 1892. Período marcado pelo imperialismo, se analisarmos por uma perspectiva econômica. Assim como, pelo neocolonialismo e acirramento das rivalidades entre as nações europeias, no ponto de vista político.

O século XIX e suas primeiras décadas são marcados pela disseminação do darwinismo social que estimulava as ideias eugênicas nas estruturas de governo e acadêmicas. Essas ideias classificava a população de origem africana e semita como grupos inferiores quando comparados aos brancos europeus. Convém enfatizar que, quando verificamos sob uma perspectiva internacional, os defensores da eugenia consideravam qualquer grupo étnico que não fosse branco como inferior na escala evolutiva da humanidade. No Brasil, após abolição da escravidão em 1888, essas ideias estimularam a migração europeia em detrimento à inserção dos escravos libertos na nossa sociedade.

Sobre isso, Bolsanello (1996) argumenta que “o darwinismo social pode ser definido como a aplicação das leis da natureza da seleção natural de Darwin na vida e na sociedade humanas” (BOLSANELLO, 1996, p.154). Quanto à eugenia Bolsanello (1996) explica que:

Foi fundada em 1883 pelo primo de Darwin, Francis Galton (1822 – 1911). Preconiza o favorecimento, pelo estado, da formação de uma elite genética por meio do controle científico da procriação humana, onde os inferiores (menos aptos) seriam ou eliminados ou desencorajados a procriar (BOLSANELLO, 1996, p.155).

Walter Benjamin cresceu em uma época de grandes mudanças tecnológicas, econômicas, políticas e socioculturais, como ele mesmo argumenta, ao se referir a Primeira Grande Guerra:

Uma geração que ainda foi à escola nos carros puxados a cavalos, viu-se de repente num descampado, numa paisagem em que nada se manteve inalterado a não ser as nuvens, e no meio dela, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, o corpo humano, minúsculo e frágil (BENJAMIN, 2016, p. 47).

Além da violência que a guerra causou, o jovem Benjamin vivenciou o antissemitismo europeu fortalecido “cientificamente” pelas ideias eugênicas e darwinismo social, por ser de origem judaica, a situação se tornou ainda mais violenta, sobretudo, após a ascensão do nazismo na Alemanha, terra natal de nosso filósofo.

Politicamente, Walter Benjamin simpatizava com as ideias marxistas. Mas cabe lembrar que estas eram influenciadas pela teologia judaica, pelo misticismo, angelologia e pensadores como Leibniz (SILVA, 2012).

Dessa maneira, o pensador foi classificado como um indivíduo perigoso para o regime hitlerista, pois suas origens étnicas, filiações políticas e acadêmicas colocava-o na lista das pessoas mais perseguidas pelo regime nazista.

Assim, é possível considera-lo como mais uma das vítimas do regime nazista, uma vez que, a perseguição realizada pelos órgãos de repressão do Regime Hitlerista, talvez tenha sido o maior motivador para o suicídio que causou o fim de sua vida.

Por isso que as “teses sobre o conceito de história” talvez seja o último “suspiro” intelectual do pensador, pois foi escrito poucos meses antes de cometer suicídio, e no momento que escreveu as teses ele estava sendo perseguido pelo regime nazista.

No entanto, as teses tratam de temáticas diversificadas, mesmo sendo acerca do conceito de História, Benjamin construiu argumentos passíveis de análise através da Arte, Ciências Política, Filosofia, antropologia, psicologia e História. Por isso, dialoga-se com pensadores dessas áreas.

Além disso, refletir sobre os argumentos de Benjamin em seus vários textos escritos é compreender que as teses representam fragmentos das reflexões dele contidas em outros textos e dialogar com textos de autores comentadores de sua obra.

Ademais, a ideia é que as teses podem oferecer caminhos alternativos para consecução do conhecimento histórico. Assim, o problema central é compreender qual é a função da História na perspectiva de Walter Benjamin.

Por isso, a hipótese é que a escrita da História inspirada nas “teses sobre o conceito de história” requer a apropriação de fundamentos epistemológicos que se contraponham as culturas tradicionais para escrita da História, especialmente àquelas embasadas no historicismo. Assim, sugere que existe nas teses fundamentos e métodos propostos por Walter Benjamin para uma historiografia que contribua para a redenção dos oprimidos.

É importante destacar que as teses “Sobre o Conceito de História” contêm reflexões presente em diversos textos escritos por Benjamin, sendo assim, não seria prudente elaborar argumentos sobre as teses sem dialogar com outros textos do próprio. Por isso, é necessário apoiar em outros textos de Benjamin, como também, em comentadores e outros pensadores que possam contribuir para justificar nossos argumentos (SANTOS, ALVES, 2018).

Desse modo, esse texto foi dividido em três partes. Sendo que na primeira parte, “a cultura histórica dominante”, procurando refletir sobre a forma como a cultura historiográfica historicista através da razão apodítica promoveu a manutenção da ordem burguesa, criando uma cultura Historiográfica empática à classe dominante.

Para isso, discorre sobre a ideia de cultura e cultura científica, pois deseja compreender como esses conceitos influenciaram as ideias de cultura historiográfica e culturas históricas que se vivencia na atualidade.

Nessa perspectiva, argumentar sobre como o modelo apodítico de investigação científica, desde o século XVI, se tornou predominante nas pesquisas científicas, independente dos objetos de estudos e das especificidades dos campos acadêmicos (SANTOS, ALVES, 2018). E, dessa maneira, o conhecimento histórico foi influenciado pela racionalidade lógico e matemática, inclusive as culturas historiográficas usaram esse modelo como método para tecer o saber histórico, isso porque o historicismo promoveu o modelo de historiografia que possui essas características: é por isso que Walter Benjamin, nas teses Sobre o Conceito de História, criticou a cultura historiográfica do Historicismo, acusando esses pensadores de desenvolverem empatia com as classes dominantes, em detrimento as classes oprimidas (SANTOS, ALVES, 2018).

Na segunda parte do texto, “a História como catástrofe” é discutido sobre a ideia de catástrofe, ou seja, o que é uma catástrofe, e como pode afetar a humanidade. Além disso, é socializado sobre a razão que motivou Benjamin entender a história como catástrofe, ou seja, a história empática com a classe dominante está a serviço da opressão dos oprimidos.

Esse capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira parte do capítulo é refletido como o “estado de exceção” pode ser uma catástrofe histórica, pois a classe opressora usa a violência para o domínio à classe oprimida. Para isso, investiga-se a ideia de “Gewalt” presente em Benjamin (2016): termo polissêmico que possui os sentidos de violência e poder ou violência do poder, assim como, a ideia de estado de exceção que tem motivado amplo debate jurídico, político e filosófico. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas obras de Walter Benjamin, Carl Schmitt e Giorgio Agamben e nos textos de outros comentadores da Obra de Benjamin.

Assim, pretende entender como o estado de exceção é uma forma de violência usada na restauração de um estado de direito, inclusive, que a greve geral revolucionária pode ser considerada uma forma de cataclismo que ameaça a ordem jurídica e a hierarquia social vigente, por isso cabe ao soberano à função de restaurar a ordem, mantendo o domínio sobre a classe oprimida.

Assim como, analisar como a historiografia historicista pode contribuir para esse estado de violência e controle da classe dominante contra a classe oprimida.

Na segunda parte do capítulo “história como catástrofe”, realiza-se uma breve reflexão sobre as formas de aprendizagem inspiradas pela razão apodítica, pois podem ser uma “catástrofe” na ótica de Benjamin, já que o modelo apodítico foi transferido para as práticas de ensino e aprendizagem estimulando o fim da experiência histórica. Há de se dizer que experiência é um instrumento fundamental para construção da consciência histórica e redenção da classe oprimida.

Na última parte dessa dissertação, História entre técnicas e emoções, reflete sobre as maneiras como a reprodutibilidade contribuiu para que a história perdesse sua “aura” e, ou seja, pois a reprodução do saber histórico impede o sentimento de pertencimento que só pode ser adquirido através da experiência histórica. E, assim, as emoções se desapareceram dos textos históricos.

Por isso, na segunda parte do capítulo busca entender o papel das emoções para a redenção da classe oprimida, assim opta em investigar as emoções e sentimento que são tematizadas nas “Teses Sobre o Conceito de História” de Walter Benjamin. Percebe-se que, Benjamin concebe as emoções na condição de instrumento para uma práxis revolucionária da classe oprimida.

Além disso, as emoções e sentimentos desenvolveram papel fundamental na concepção de sua obra, uma vez que as emoções e sentimentos que ele vivenciava são percebidos nas suas escolhas teóricas, de modo que os argumentos nas Teses transparecem o sentimento de melancolia diante da condição de vida que a “sorte” reservou ao filósofo.

Sendo assim, busca compreender como a cultura historiográfica historicista dissociou emoção, sentimento e processos históricos, criando uma cultura histórica empática aos acontecimentos históricos da classe burguesa e insensível aos eventos históricos dos oprimidos.

Talvez, esse seja um dos motivos pelo quais as “teses sobre o conceito de história” contenha uma visão pessimista do mundo, uma vez que não há como

desprender-se das emoções e sentimentos no momento que escreve as ideias, por isso imaginamos que diversas emoções e sentimentos lhe influenciaram na elaboração das teses.

Dessa forma, busca-se compreender as questões emocionais que envolveram a vida e obra de Walter Benjamin através dos argumentos de Leandro Konder (1999) no livro que denominou “Marxismo da Melancolia”, já que as emoções e sentimentos, nessa ótica perspectiva, é uma contribuição para a práxis revolucionária e como afirmou Konder (1999):

Walter Benjamin era, sem dúvida, uma figura perturbadora. Ainda hoje, seus escritos, suas atitudes - as posições que assumiu, os caminhos que trilhou - são capazes de despertar viva curiosidade e até mesmo alguma perplexidade nas pessoas, sacudindo-as e desafiadoras a reexaminar suas convicções sedimentadas (KONDER, 1999, p. 7).

Cabe enfatizar que as emoções que influenciaram Walter Benjamin não estavam superadas no momento que ele produziu seus argumentos, uma vez que o momento histórico que ele viveu, provavelmente casou-lhe a condição de melancolia que Konder (1999) citou em sua obra.

Sugere-se que ele refletiu sobre a opressão contra a classe oprimida em várias épocas e lugares, transmitindo essas ideias nas teses “Sobre o Conceito de História”, uma vez que ele deixou claro, em cartas publicadas, que o texto “Origem do Drama Trágico alemão” fecharia o ciclo de produções germânicas (BENJAMIN, 2011, P. 320). Assim, ao restringir a perspectiva das “teses sobre os conceitos de história” para a Alemanha, simplificaria a importância das investigações benjaminianas para humanidade, sobretudo no que tange a ideia de história que ele propôs.

Para Walter Benjamim “A luta de classes, que um historiador formado em Marx tem sempre diante dos olhos, é uma luta pelas coisas duras e materiais, sem as quais não podem existir as requintadas e espirituais” (2012, pag.10).

Michel Löwy (2005) comentou as “teses sobre o conceito de história” na obra que denominou “aviso de incêndio”, por isso, foi um importante aporte teórico para a compreensão das teses e o entendimento primordial de que para Walter Benjamim a História tem papel fundamental na apropriação de consciências que é a força motriz para a classe dominada reagir contra as investidas da elite dominante.

Na obra de Giorgio Agamben procura-se compreender o contexto como alguns conceitos de Walter Benjamin foram usados em suas obras. É necessário ressaltar que temos a compreensão que Giorgio Agamben avançou para além da obra de Benjamin em suas reflexões e, sabendo disso, procura fixar a reflexão nos argumentos de Agamben que tratam sobre a obra de Benjamin.

No texto “o Homem sem Conteúdo” de Agamben (2013) analisa sua interpretação acerca da tese IX sobre o conceito de História, focando nos argumentos que apresentou sobre o quadro de Klee. No texto “Estado de Exceção” se reflete sobre a ideia de estado de exceção na obra de Agamben (2003) e procura entender como se deu as querelas entre Benjamin e Carl Schmitt quanto esse tema. Para isso, dialoga-se, também, com Agamben (2014) o “Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua”. Já em Agamben (2005) interessa as relações entre história e experiência apresentada nos argumentos que esse autor desenvolveu no texto “Infância e História: destruição da experiência e origem da história”.

Cabe considerar que a principal função das teses “Sobre o Conceito de História” está implícita no seu título: refletir sobre a ideia de História. Contudo, na reflexão de Benjamin há dois caminhos importantes que são necessários percorrer na compreensão de suas ideias.

Por esses motivos, concorda-se com os argumentos de Michel Löwy (2005) ao comentar a tese VIII, pois segundo ele,

Benjamin confronta, aqui, duas concepções da história - com implicações políticas evidentes para o presente: a confortável doutrina "progressista", para a qual o progresso histórico, a evolução das sociedades no sentido de mais democracia, liberdade e paz, é a norma, e aquela que ele afirma ser seu desejo, situada do ponto de vista da tradição dos oprimidos, para a qual a norma, a regra da história e, ao contrário, a opressão, a barbárie, a violência dos vencedores (LÖWY, 2005, p. 83).

Para ele, existe uma concepção de História empática as classes dominantes, representada, principalmente, pela historiografia historicista. Por outro lado, o materialismo histórico formulou um modelo historiográfico cuja variante revolucionária estaria a serviço da classe oprimida, sobretudo como instrumento para a consciência histórica da classe dominada.

Capítulo I

1. A cultura historiográfica dominante.

A historiografia inspirada pela razão apodítica legou para o tempo presente a linearidade histórica: isso provoca a sensação de que a História se desenvolveu evento após evento, como se as sociedades, sobretudo, as antigas, surgissem uma após a outra, sem intersecções, conexões, aculturação e nenhum tipo de contanto.

No caso do modelo historiográfico que surgiu com a modernidade, isto é, após o século XVI, além da influência da racionalidade científica da época que foi inspirada pelas ciências da natureza, houve também a empatia com o ideal burguês, especialmente, após a proposta de cientificidade adotada pelos pensadores historicistas.

Esses fatores estimularam o silenciamento dos eventos históricos que são inerentes à classe oprimida e promove uma cultura historiográfica simpática a classe dominante. Além disso, dificulta o processo que favorece a redenção dos oprimidos como criticou Walter Benjamin nas “teses sobre o conceito de História”.

1.1. O conceito de cultura.

É comum escutar frases usadas pelo senso comum, que dizem: “isso não é cultura”, “aquilo não é cultura” ou “esse povo não tem cultura”. Cabe considerar que na produção de textos acadêmicos existe a tendência ao distanciamento com senso comum. Porém, algumas ideias defendidas pelo senso comum, outrora foram científicas, entretanto, devido ao surgimento de novos argumentos elas são desqualificados pela filosofia e ciências, uma vez que novas reflexões surgiram para contradizer àquelas que durante muito tempo foram consideradas verossímeis.

O outrora se defendia a ideia de geocentrismo proposta por Aristóteles, mas esse argumentos caíram em desuso devido ao heliocentrismo sugerido por Copérnico. No entanto, hoje, não se pode nem sequer afirma que a galáxia seja o centro do universo, uma vez que esse objetivo as ciências espaciais têm buscado solucionar.

Entretanto, ainda hoje existem geocentristas e heliocentristas, porque o aperfeiçoamento das ciências que estudam o espaço não impede a existência de argumentos que sustentem os discursos dos defensores dessas ideias.

Nesse caso, as pesquisas científicas contribuíram para a mudança das ideias no âmbito acadêmico, mas o surgimento de um novo argumento ou conceito não inutiliza uma reflexão produzida anteriormente e mesmo que um argumento ou conceito seja considerado em desuso pela filosofia e ciências não significa que deixará de existir para o senso comum.

É válido considerar que antigos conceitos e argumentos poderão ressurgir em um movimento reacionário ou através de novas evidências científicas, assim como é possível que seja objeto de estudo da Filosofia, da História dos Conceitos e por outros campos científicos.

Mesmo parecendo óbvio, pode-se dizer com isso que os resquícios e as permanências históricas também existem no campo das ideias. E, talvez esse seja um dos ensinamentos transmitidos por Walter Benjamin e pensadores como Michel Foucault, por exemplo.

Nesse sentido, há, para a ideia de cultura, inúmeras interpretações entre filósofos, antropólogos e pensadores de outros campos científicos, pois na história da filosofia e das ciências humanas consta a existência de várias interpretações para o conceito de “cultura”. Cabe ressaltar que essas ideias surgiram nas correntes argumentativas de diferentes campos científicos que se preocupam com as diversas dimensões da ação humana. Por isso, questiona-se: como definir “cultura”?

“Cultura” é um conceito interdisciplinar e transdisciplinar com diversos sentidos e direciona as concepções elaboradas por pensadores de vários campos argumentativos, tanto na filosofia, quanto nas ciências humanas, em diferentes épocas e lugares.

Talvez por isso Eagleton – fazendo uma análise etimológica do termo “*culture*” da Língua Inglesa, correlato de “cultura” para a Língua Portuguesa – argumenta que “cultura, [...] é uma das duas ou três palavras mais complexas da língua inglesa, e ao termo que é, por vezes, considerado seu antônimo — natureza — é frequentemente atribuído o título da mais complexa” (EAGLETON, 2003, p. 10).

Contudo, “a raiz latina da palavra ‘cultura’ é *colere*, que pode significar tudo, desde cultivar e habitar até prestar culto e proteger” (EAGLETON, 2003, p. 10). Desse modo, cabe destacar que a origem religiosa para o termo “colere”, surgiu a

partir da “expressão latina *cultus*, o termo religioso «culto», precisamente no momento em que, na era moderna, a própria ideia de cultura é substituída por um evanescente conceito de divindade e transcendência” (Ibidem, p.10): talvez por essa razão que desenvolve uma espécie de devoção à cultura pertencente.

Assim, tanto no inglês, como nas línguas latinas o termo “cultura” tem suas origens no cultivo, isto é, na relação do homem com a natureza, “embora seja atualmente moda encarar a natureza como um derivado da cultura, de um ponto de vista etimológico cultura é um conceito que deriva da natureza. Um dos seus significados originários é ‘lavoura’, ou ocupação com o crescimento natural” (EAGLETON, 2003, p. 09).

A perspectiva antropológica é mais semântica do que etimológica, ou seja, preocupa-se com uso dos termos no cotidiano dos indivíduos, sendo que essa forma de enxergar a ideia de cultura, talvez esteja mais próxima do pensamento de Walter Benjamin, na tese VII da obra “sobre o conceito de história”, quando ele elaborou este argumento: “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura” (BENJAMIN, 2012, p. 12), ideia que se discute mais adiante neste texto.

Cabe ressaltar que, para um processo de cultivo e transmissão das tradições culturais funcionar em uma sociedade é preciso promover o culto à cultura que se pertence. Para isso, surgem os processos de inserção à cultura que acontece através das relações com os outros, mas também por meio dos sistemas elaborados com esse objetivo, por exemplo, os sistemas educativos que são instrumentos para inserção dos mais jovens ao modelo cultural da sociedade a qual pertence.

Na Antropologia existem várias maneiras de compreender o conceito de cultura, sendo que,

Dois, em especial, sobreviveram em formato modificado. Um deles é que em certas sociedades algumas pessoas possuem cultura, e outras não. O outro se refere ao conceito, próximo embora bastante diferente, de que certas sociedades possuem cultura, enquanto outras não. Estas duas ideias diferem qualitativamente; a primeira estabelece diferenças de grau, e a segunda, diferenças de espécie.(MINTZ, 2009, p. 224).

Nesse sentido, as sociedades antigas faziam distinção entre as pessoas separando os que pertenciam daqueles que não faziam parte do grupo social. Entretanto, os gregos clássicos qualificaram como “bárbaros” os indivíduos não

civilizados, ou seja, aqueles que não pertenciam à cultura grega. Talvez, tenha sido dessa maneira que começaram a funcionar os mecanismos ideológicos e práticos de separação entre as sociedades por meio da cultura.

Em outra perspectiva apresentada por Mintz (2009) a ideia de cultura faz distinção entre grupos pertencentes a uma mesma sociedade, isto é, define quem pertence aos grupos sociais dominantes ou dominados, ou seja, quem produz, detém, legitima e transmite a cultura de uma sociedade.

Após o século XVIII, o fortalecimento do ideal burguês e o advento da revolução industrial estimularam a intersecção entre ideia de cultura e a de progresso, ou seja, o progresso era também da “civilização”, da “cultura civilizada”. Mas, no século XIX, esses argumentos fortaleceram-se com a popularização das ideias de Charles Darwin: essas ideias foram defendidas por pensadores de vários campos científicos, inclusive os positivistas, que almejavam um processo evolutivo para a humanidade.

O “caldeirão” de correntes ideológicas que surgiram naquele período, dentre eles o nacionalismo, estimulou o hiato entre grupos sociais dominantes e dominados ou sociedades civilizadas e não civilizadas, sendo que o argumento para justificar as ações imperialistas dos “civilizados”, mais especificamente, dos europeus, ganharam força através do ideal de cultura civilizada que predominava na época.

Por exemplo, a ocupação das nações Europeias a África após a segunda metade do século XIX, se deu com o argumento que as nações civilizadas europeias levariam cultura ou civilização aos povos africanos, embora houvesse interesses econômicos, essa prática causou a imposição da cultura europeia ao território africano, isto é, a dominação neocolonialista também aconteceu no âmbito cultural, afetando permanentemente a cultura africana.

Segundo Mintz (2009), apenas em 1877 o conceito de cultura foi interpretado de maneira diferente, pois isso aconteceu “quando Edward Burnett Tylor empregou pela primeira vez o termo ‘cultura’ para referir-se a todos os produtos comportamentais, espirituais e materiais da vida social humana” (MINTZ, 2009, p. 224), possibilitando a elaboração de novos argumentos para definir “cultura”, assim “os sentidos mais antigos e restritos desse termo foram perdendo terreno” (MINTZ, 2009, p. 224), mas não implicaria no desaparecimento das ideias antigas.

Provavelmente, é por esse motivo que se pensa “cultura” de forma macro. Mas também de maneira excludente, do modo que era pensado nas versões mais antigas do conceito: separando o que pertence daquilo que não faz parte da cultura.

Vale ressaltar que as versões mais antigas do conceito de cultura podem ter contribuído para fortalecer os discursos contrários a ideia de diversidade cultural dos seres humanos, criando hierarquias entre os grupos sociais de modo que fortaleceu o racismo em várias regiões do planeta.

Mas também, foi devido ao enftretamento a esse tipo de discurso, que atualmente pode-se falar em “culturas” e defender a existência da diversidade cultural entre os seres humanos. Além disso, é possível, dentro de uma sociedade, identificar a existências de culturais que são diferentes dos modelos dominantes, por exemplo, falar em Cultura Hip Hop, Cultura Afro, entre outros.

Dialogando com Schiller, Eagleton desenvolveu o seguinte argumento sobre a ideia de cultura:

A cultura é o mecanismo do que mais tarde será designado por «hegemonia», formatando os súbditos humanos em função das necessidades de uma nova espécie de organização política, remodelando-os desde a base até aos dóceis, moderados, mentalmente elevados, amantes da paz, não conflituosos e desinteressados agentes dessa ordem política. Para fazê-lo, porém, a cultura também tem de agir como uma espécie de crítica imanente ou desconstrução, ocupando por dentro uma sociedade por regenerar para quebrar a sua resistência às pulsões do espírito. Mais tarde, na era moderna, a cultura transformar-se-á em sabedoria Olímpica ou arma ideológica, uma forma isolada de crítica social ou um processo demasiadamente comprometido com o *status quo* (EAGLETON, 2003, p. 09).

Nessa perspectiva, a cultura é um instrumento sociopolítico que funciona como mecanismo para o controle dos indivíduos pertencentes a uma mesma sociedade, assim ela demarca o que é tolerável ou não pelas regras socioculturais que regem a estrutura de poder em uma estrutura sociocultural.

No entanto, para Cristiane de Magalhães Porto há uma compreensão mútua no âmbito das ciências para ideia de cultura, ou seja:

existe uma convergência silenciosa das diversas concepções de cultura. A ideia que norteia parte dos estudos sobre cultura, considera que a partir de sua dupla função de orientadora e tradutora de processos comunicativos, materializados em múltiplos sistemas simbólicos, convicções e valores, ela porta-se em constante transformação. As interlocuções teóricas sobre cultura demarcam, transparentemente, uma propensão a entendê-la como uma construção de um saber coletivo produzido por processos cognitivos e

comunicativos diferenciados, em função dos quais os indivíduos definem as esferas que são denominadas de realidade (PORTO, 2011, p.)

Dessa maneira, a cultura apresenta-se como uma estrutura que orienta a construção da condição humana numa perspectiva interdimensional, isto é, a cultura é um instrumento inicial para a apropriação das habilidades que constituem o *ethos*, *pathos* e *logos*, respectivamente as emoções e sentimentos, a razão, a ética e moral, mas também, o *mythos*, isto é, aquilo que não é explicado racionalmente, portanto, está ligado ao misticismo.

1.2. Críticas às culturas histórica e historiográfica.

A ideia de História se apresenta de duas maneiras: na primeira perspectiva, a história é o conjunto das memórias coletivas e individuais que envolvem a vida de pessoas e sociedades. Nesse caso, está relacionada ao passado e ao presente, mas é compreendida por meio da maneira como é interpretada pelos indivíduos. Assim, a historiografia é uma ferramenta fundamental para compreensão do passado, mas as escolhas teóricas dos pensadores desse campo argumentativo contribuem para formação da consciência histórica dos indivíduos e sociedades que pertencem (BARROS, 2014).

No entanto, a cultura histórica está relacionada ao modo como a historiografia foi concebida, sabendo que o termo historiografia é polissêmico, mas, geralmente refere-se ao trabalho científico de escrita da História.

Sobre o termo historiografia, Almeida afirma que é “a prática intelectual especializada (mediada pelo instrumental teórico-metodológico da ciência histórica) que tem como objeto específico a realidade histórica, em sua integridade estrutural e superestrutural e seu produto: o conhecimento histórico” (ALMEIDA apud TORRES, 1983, p. 22).

Por isso, é difícil separar a História como memória dos fatos, da sua prática científica, a Historiografia, uma vez que ambas se mantêm relacionados de maneira que o produto da ciência histórica se confunde com a realidade dos acontecimentos históricos. Sendo que a produção dessa ciência é, na verdade, o discurso de um campo argumentativo: talvez esse seja um dos perigos que envolvem essa prática científica, isto é, a escrita da história.

Sobre isso, afirma Michel de Certeau (2011):

Entendo como história essa prática (uma “disciplina”), o seu resultado (o discurso) ou a relação de ambos sob a forma de uma produção. Certamente, em seu uso corrente, o termo *história* conota, sucessivamente, a ciência e seu objeto – a explicação que se diz e a realidade daquilo que se passou ou se passa. (CERTEAU, 2011, p. 90).

Desse modo, pode-se dizer que a “historiografia” é o campo científico responsável por produzir um discurso que registra os eventos, processos e estruturas históricas. Assim, é o campo de trabalho do historiador, o qual pode ser entendido como um lugar social e divididos em vários campos argumentativos (CERTEAU, 2011), ou seja,

A escrita histórica – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim, uma “lição”; ela é didática e magisterial. Mas ao mesmo tempo funciona como imagem invertida; dá lugar à falta e a esconde; cria estes relatos do passado que são o equivalente dos cemitérios nas cidades; exorcisa e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos (CERTEAU, 2011, p. 90).

Desse modo, é preciso compreender que as críticas de Walter Benjamin são direcionadas a campos Historiográficos, atingindo o discurso histórico produzido por eles, uma vez que o discurso historiográfico produz o conhecimento histórico que é compartilhado pelas pessoas. Sendo assim, a historiografia é responsável pela formalização das culturas históricas e, conseqüentemente, contribuem para a formação da consciência histórica.

Sobre isso, recordamos uma passagem bíblica escrita no livro do profeta Ezequiel, capítulo 37, do qual se podem fazer algumas analogias com relação aos argumentos de Benjamin: o texto bíblico relata que Deus, através de uma visão, leva o profeta Ezequiel a um vale repleto de ossos secos, no local, Deus questiona o profeta sobre a possibilidade dos ossos voltarem à vida, (BÍBLIA, 1993).

O profeta, porém, não tinha resposta para a indagação divina. Então, Deus ordenou que ele profetizasse para os ossos secos, incitando-os a adquirirem vida, após a ação profética, os ossos ganharam carne e voltaram a viver, isto é, ressuscitaram. Porém, essa visão profética do passado pode acontecer na maneira proposta pelo historicismo ou na perspectiva benjaminiana.

Pois bem, no caso do historicismo, há uma relação de similaridade entre os acontecimentos com o profeta e o trabalho do historiador, porque o historiador desloca-se para o passado procurando encontrar as respostas que precisa sobre os fenômenos históricos e explica de maneira acrítica.

No entanto, esse processo pode se desenvolver através da visão que ele tem do presente, uma vez que não há neutralidade no processo de escrita da história, da maneira como sugere Benjamin (2016). Assim, o historiador não é apenas um profeta, mais que isso, é um vidente que volta às costas para o presente e procura enxergar no passado aquilo que direcionará sua ação. Do mesmo modo como sugere Benjamin:

A afirmação de que o historiador é um profeta de olhos postos no passado pode ser entendida de duas maneiras. A tradicional pretende que o historiador, transpondo-se para um passado distante, profetiza o que para esse tempo era ainda futuro, mas que entretanto se transformou também em passado. Esse modo de ver corresponde exatamente à teoria histórica da empatia que Fustel de Coulanges apresenta ao dar o conselho : “Se quiser reviver uma época, esqueça que sabe o que se passou depois dela”. – Mas também se pode interpretar aquela afirmação de maneira totalmente diferente, entendendo-a do seguinte modo: o historiador volta costas ao seu próprio tempo, e o seu olhar de vidente inflama-se com os cumes dos acontecimentos de gerações humanas anteriores, progressivamente mais mortícios à medida que vão mergulhando mais no passado. Esse olhar de vidente tem do seu próprio tempo uma consciência mais nítida do que os contemporâneos que “acompanham” esse tempo (BENJAMIN, p. 2016, 183).

Para Jeanne Marie Gagnebin (2007) Benjamin não queria uma continuidade do passado que pudesse ser continuado pela classe oprimida, mas que o passado pudesse servir de ferramenta para romper com o contínuo da História, isto é:

Não se trata de edificar a continuidade heróica de uma contra – história ou de consolar os humilhados de hoje pela evocação de gloriosos amanhã, como tantas variantes iluministas ou marxistas da historiografia. Diferentemente do pensamento *utópico*, para quem o passado é um manancial de imagens ideais, carregadas de um sentido futuro, o pensamento de Benjamin me parece se aproximar mais da tradição *profético* judaica, isto é, de uma palavra corrosiva e impetuosa que subverte o ordenamento do discurso estabelecido; subversão tanto mais violenta quanto ela é também o lembrar de uma promessa e de uma exigência de transformação radical. (GAGNEBIN, 2007, pag. 105).

Nesse sentido, escolhe no presente e com uma visão do presente, o passado que se deseja. Isso significa dizer que nosso passado é uma escolha política,

inspirado pela consciência histórica que construída por meio da interpretação dos processos históricos e da relação com o mundo que se vive: talvez esse argumento represente um resumo da ideia de História que W. Benjamin propôs nas teses, é claro, sem levar em consideração a amplitude das suas reflexões.

Desse modo, pode-se compreender que o pesquisador na escrita do conhecimento histórico, ora contribui para a construção da consciência histórica necessária às lutas entre classe classes sociais, ora estimula o silenciamento da classe oprimida. Ou seja, são as escolhas realizadas pelos os historiadores que definem a visão sobre a História que se tem no presente.

De modo que, essas escolhas fundamentam a cultura histórica e, conseqüentemente a apropriação da consciência histórica. Mas como pode-se conceituar cultura histórica?

O professor Elio Flores define cultura histórica da seguinte maneira:

Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais (FLORES, 2007, p. 95).

Nesse sentido, a cultura histórica não é apenas a forma como uma sociedade enxerga sua história, mas é uma práxis em torno do conhecimento histórico produzido e apropriado que pode ser interpretado pelos indivíduos, por isso a cultura histórica é um instrumento primordial à aquisição da consciência histórica, ou seja, do modo como às pessoas interpretam o mundo através do pensar historicamente.

Por se tratar de uma prática científica, a historiografia está conectada aos campos argumentativos e associações ideológicas que são norteadores das ideias apresentadas nos compêndios que relatam os processos históricos.

Sendo assim, os métodos comuns à verificação do conhecimento histórico são influenciados, ora por técnicas apodíticas, ora pela dialética e retórica, sendo que a racionalidade apodítica destacou-se como um instrumento para alcançar o conhecimento científico desde o século XVI, como discutiremos adiante. Há de se dizer que as pesquisas científicas utilizam-se das três formas para a verificação de

dados durante sua produção, uma vez que mesmo o conhecimento produzido pelas ciências exatas e da natureza necessita da argumentação para que seja divulgado.

Para Rohden “O conhecimento das causas e necessidades caracteriza a ciência apodítica, constituindo a demonstração (apódeixis), formando o silogismo científico. Este supõe uma necessidade formal, própria desta forma de raciocinar” (ROHDEN, 1998, p. 256), dessa maneira, denominamos apodítico o conhecimento científico “inquestionável”, pois suas premissas são verdadeiras e necessárias, não cabendo aos interlocutores indagarem sobre a forma como foi produzido ou sobre os resultados obtidos, pois, nesse caso, os testes foram realizados a partir de premissas verdadeiras, portanto o produto só pode ser verdadeiro.

A dialética, segundo Rohden, “provém de dialégesthai; dialogar, no sentido de discutir, com intervenção de ambas as partes” (ROHDEN, 1998, p. 258). Nesse caso, o diálogo torna-se fundamental para a produção ou aquisição do conhecimento científico, uma vez que os interlocutores iniciam o debate a partir de teses diferentes, por isso, a apropriação e produção do conhecimento acontecem à medida que existe interação entre os indivíduos envolvidos.

Nesse caso, a retórica aproxima-se da dialética porque considera o diálogo entre os interlocutores como instrumento para verificação dos dados. Rohden, ao refletir sobre os argumentos de Aristóteles, estabeleceu algumas diferenças entre a dialética e a retórica afirmando que “o método e conteúdo da retórica refere-se às provas por persuasão, que é uma espécie de demonstração. [...] A demonstração retórica, seu método, constitui-se dos entimemas ou silogismo retórico” (ROHDEN, 1998, p. 260).

Nesse caso, é preciso que existam ideias aceitas pela maioria ou por comunidades científicas para validar um argumento, ainda assim, são aceitas as teses contrárias com objetivo de ratificá-las ou refutá-las, de modo que a retórica não procura estabelecer “verdades”, mas ideias verossímeis, ou seja, argumentos que são aceitáveis.

Não será exagero enfatizar que os debates sobre os métodos para a validação do conhecimento científico persistem desde a Grécia Antiga e preocupou pensadores como Aristóteles, por exemplo. Mas, ao citar as reflexões de Rohden, se apresenta o objetivo de ressaltar que elas causaram o surgimento de culturas científicas, inclusive, estimulando o acirramento das querelas entre as comunidades acadêmicas. Talvez, atrelaram-se a esse debate as ideias sobre o que é cultura e

assim foram categorizados os campos de argumentação da filosofia e ciências, como também, esses argumentos modelaram as ideias do senso comum.

Dessa maneira, pode-se afirmar que “cultura científica” é apenas um “topoi”, isto é, o lugar de fala do pensador, mas semanticamente quando usa o termo “cultura” quer ser capaz de alcançar situações que vão além do campo de argumentação, isto é, circunstâncias que compreendem o comportamento e a intencionalidade teórica dos indivíduos responsáveis pela investigação científica.

Por isso, quando sugere que existe uma cultura científica, apresenta-se junto com esse argumento a semântica e a etimologia do termo cultura, isto é, existe uma cultura científica que influencia as questões socioculturais, mas também existem os campos científicos que são usados para justificarem os modelos culturais perante a sociedade e os temas sociopolíticos, quando legitimados por campos científicos, acabam criando culturas, ora benéficas, ora prejudiciais à sociedade.

Nesse sentido, inúmeros fatores contribuíram para a construção da cultura científica hodierna, entretanto, destaca-se a importância da Revolução Científica do Século XVI, pois se não houvesse a separação da Teologia, a ciência não alcançaria tamanha influência na sociedade moderna e contemporânea, de forma que modela comportamentos, o modo de vida e interfere nos aspectos socioculturais das sociedades (SANTOS, 2003).

No século XVIII a ciência passou por transformações que foram descritas com as seguintes palavras por Boaventura Souza Santos (2003):

Estávamos então em meados do século XVIII, numa altura em que a ciência moderna, saída da revolução científica do século XVI pelas mãos de Copérnico, Galileu e Newton, começava a deixar os cálculos esotéricos dos seus cultores para se transformar no fermento de uma transformação técnica e social sem precedentes na história da humanidade (SANTOS, 2003, p. 13).

Apesar da transformação que houve naquela época, não se pode descartar o fato que ainda se mantém na cultura científica do século XXI, assim como continha no século XX, objetivos almejados pelo iluminismo, uma vez que:

As bases da cultura científica contemporânea, em muitos casos, continuam emolduradas por tradições do Iluminismo de um contínuo progresso em direção a um estágio superior de caráter a-histórico, em um mero desenrolar linear de verdades. Entretanto, argumenta-se como o fazer científico constituiu-se, crescentemente, amalgamado à política e à economia à medida que a sociedade ocidental lançou mão da ciência e da

tecnologia como a pedra fundamental de sua existência. (PORTO, 2011, p. 105).

Além da permanência dos ideais iluministas, do papel da economia, da política e das questões socioculturais como influenciadoras da cultura científica hodierna, as ciências podem ser usadas como instrumento para dominação política das classes sociais dominadas.

Benjamin (2009), refletindo sobre as ideias de Goethe (COMENTAR), elaborou este argumento: “a história representava uma sequência incalculável de formas de dominação e culturas em que os grandes indivíduos, César ou Napoleão, Shakespeare ou Voltaire, representam o único ponto de Referência” (BENJAMIN, 2009, p. 140). Nesse sentido, a intencionalidade ideológica coloca a cultura científica como instrumento político a serviço da dominação cultural: nesse caso, a História serviu a esse fim.

Mas para que isso seja possível, as culturas historiográficas precisam desempenhar papel primordial para que as táticas de controle da classe dominante sob a classe dominada funcionem adequadamente: porém, de que modo uma cultura historiográfica estaria a serviço da dominação cultural na perspectiva de Benjamin?

Não será exagero reafirmar que as culturas historiográficas são construídas pela reunião de pensadores que compartilham teorias e métodos na produção do saber histórico (NASCIMENTO, 2009). Há de se dizer que as culturas historiográficas são produzidas a partir de lugares comuns compartilhados pela filosofia e demais ciências humanas, já que os discursos dos teóricos extrapolam a fronteira de suas ciências e são apropriados por pensadores que comungam ideias, metodologias e percepção sociocultural similares em vários campos científicos (SANTOS; ALVES, 2018). No entanto, as culturas historiográficas são classificadas por variáveis diferentes, como por exemplo: seus métodos, associações teóricas com outras áreas do conhecimento, modelo de racionalidade ou paradigma.

Como já foi apresentado anteriormente, devido à adoção da razão apodítica, da dialética ou retórica é possível delimitar um modelo de cultura dentro das ciências, especialmente, quando se tratar da teoria do conhecimento histórico (SANTOS; ALVES, 2018).

Nas Teses Sobre conceito de História, por exemplo, Walter Benjamin elaborou críticas, ao modelo de cultura historiográfica empática a classe dominante.

Mas, cabe ressaltar que outras culturas historiográficas tentavam se afirmar no início do século XX, caso análogo aconteceu com modelo proposto pelos Annales¹.

Nesse mesmo período, o materialismo histórico sofria ataques devido o papel que exercia na sensibilização do proletariado sobre a condição de opressão causada pela burguesia, sobretudo por incentivar a ruptura com o modo de vida burguês. (SANTOS; ALVES, 2018).

Não será exagero lembrar que o materialismo histórico é uma das influencias para obra de nosso pensador. Para Reis (1996), os pensadores dessa corrente desejavam fundar uma ciência histórica, mas com princípios diferentes dos pensadores historicistas e positivistas.

Conforme argumenta Reis (1996), o “objetivo” dos materialistas:

Seria a criação de uma ciência histórica [...] coerente, graças a um esquema teórico sólido e comum, total, capaz de não deixar fora de sua jurisdição nenhum terreno de análise útil, e enfim dinâmica, pois não existindo nenhuma realidade eterna, torna-se preciso descobrir o princípio das mudanças Seria (REIS, 1996, p. 41)

Além disso, Benjamin propôs uma perspectiva diferente, para ideia História, que contrariou as visões marxista e social democrata, isto é, para os pensadores dessas correntes, a História estaria a serviço de um futuro promissor para a classe oprimida, enquanto na ótica de Benjamin, é no passado que se encontra os meios para a redenção dos oprimidos.

Desse modo, nosso filósofo rompe com o enfoque teleológico para a história, ou seja, uma ideia de história que procura relacionar os fatos do passado e presente com objetivos futuros: no modelo teleológico dos materialistas históricos o objetivo seria uma sociedade sem classes, mas para os pensadores medievais o fim seria a segunda vinda de Cristo a salvação dos fieis. Podemos observar essa mudança de perspectiva neste argumento:

Para o proletariado não havia correspondência histórica para a consciência das suas novas formas de ação. Não havia lugar para a recordação (houve quem tentasse encontrá-la artificialmente, em obras como a História das Guerras Camponesas, de Zimmermann. *(Mas sem êxito) {É na tradição dos oprimidos que a classe operária se insere, como a última classe

¹ A Escola dos Annales, como ficou conhecida, é um grupo de historiadores que provocou uma revolução na maneira de escrever história, uma vez que tomaram de empréstimos concepções da sociologia para transformar os métodos e a epistemologia da historiografia, pois passaram orientar-se “segundo a forma estrutural-funcionalista de praticar o conhecimento histórico, a ação humana deixa de ser exemplo, para ser função” (REIS, 1996, p. 56).

escravizada, vingadora e libertadora. Essa consciência foi desde logo abandonada pela socialdemocracia. Atribuiu ao perariado o papel de libertador das gerações futuras. Com isso, cortou o tendão da sua força. Nessa escola, a classe desaprendeu do mesmo modo o ódio e a disponibilidade para o sacrifício, porque as duas coisas se alimentam mais da imagem autêntica dos antepassados oprimidos do que da imagem ideal dos vindouros libertados. Nos começos da revolução russa essa consciência ainda estava viva. A frase “nem glória para os vencedores nem compaixão para os vencidos” é tão comovente porque exprime mais uma solidariedade para com os irmãos mortos do que com os que hão de vir. (BEJAMIN, 2012, p. 182).

Contudo, interessa, nesse texto, as críticas que Benjamin realizou ao uso da razão apodítica pela historiografia do século XIX e começo do século XX, pois é à base metodológica para os modelos de escrita do conhecimento histórico que predominavam nas instituições acadêmicas naquele período e, ainda hoje persiste na historiografia (SANTOS; ALVES, 2018). Entretanto, como definir o historicismo e quais críticas realizadas W. Benjamin a esse campo científico e filosófico?

É importante ressaltar que Benjamin também criticou algumas correntes “socialistas”, sobretudo, aquelas que acreditavam na vitória da classe oprimida através da “falência” do sistema capitalista, como foi dito anteriormente.

Embora tenha criticado outros campos científicos e filosóficos, ele atacou com mais veemência o historicismo: esse campo argumentativo é constantemente lembrado pelo seu papel relacionado com a ciência histórica. Entretanto, a cultura acadêmica desenvolvida pelos historicistas influenciou as ciências humanas, a filosofia, chegando inclusive às ciências exatas. Destacando que, no caso das ciências exatas se matinha uma relação de troca, pois foi dessas ciências que extraíram seus métodos, como será visto adiante.

Ademais, não é simples explicar a ideia de “historicismo” devido à dimensão que esse campo argumentativo tomou no âmbito das ciências, pois grupos de diversos campos acadêmicos foram influenciados pelos pensadores historicistas, e, mesmo que o termo aparente pertença a História, as ideias que norteiam os ideais Historicistas foram desenvolvidas no âmbito da filosofia e apropriadas por outras ciências, especialmente àquelas cujo objeto é os seres humanos. Mas, quais aspectos do Historicismo foram criticados por Benjamin?

O professor Gunter Scholtz (2011) investigando a presença do historicismo na obra de vários pensadores definiu esse campo argumentativo com as seguintes características:

1. A transposição do modo histórico e genético de percepção para todos os fenômenos da cultura, isto é, uma percepção histórica universal do mundo humano, que, assim, aparece como histórico, como mundo historicamente determinado (algo já presente em F. Schlegel).² 2. Filosofia da história, que procuram apreender a ordem e a racionalidade de toda a história, ou, ao menos, tentam imaginá-la; isto é, metafísica da história (assim diz o uso do conceito no meio do século XIX; de maneira programática em Ch. J. Braniss, de maneira crítica em R. Haym, em referência à filosofia de Hegel). 3. A visão retrospectiva e glorificadora do passado, e a preservação acompanhada da crítica a tudo que é novo. Ou seja: romantismo e tradicionalismo (como, por exemplo, em L. Feuerbach em sua crítica ao historiador Heinrich Leo). 4. A limitação da pesquisa histórica à coleta e estabelecimento de dados históricos, ou seja: positivismo e objetivismo históricos (como, por exemplo, R. Eucken sobre a tendência científica do século XIX). 5. A relativização de todos os sistemas de valores e de orientação a propósito dos fenômenos do passado no fluxo imprevisível da história, ou seja: relativismo histórico (como denotam muitos autores no início do século XX) (SCHOLTZ, 2011, p. 44).

Dentre as várias características do historicismo elencadas por Scholtz (2011), destacam-se nas “Teses Sobre o Conceito de História” de Benjamin: a pretensão de uma história universal; a visão glorificada do passado; a pesquisa histórica limitada à coleta de dados.

Cabe ressaltar que, segundo Boaventura Souza Santos (2003), nessa época, isto é, após o século XVI, houve a ruptura das ciências com a Teologia. Esse fato se tornou conhecido como Revolução Científica e prolongou-se até o século XVIII, transformando a forma como seres humanos lidam com o conhecimento e criou os meios para Revolução Industrial.

Nesse período, a lógica analítica, assumiu a função de “ciência teórica dedutiva” (TOULMIN, 2006, p. 253) e os métodos das ciências exatas e da natureza tornaram-se hegemônicos, em detrimento aos outros modelos para a verificação científica (SANTOS; ALVES, 2018).

No caso da historiografia, os pensadores historicistas seguiam orientações positivistas ou kantianas, sendo que o uso da racionalidade apodítica era a característica essencial desses teóricos, uma vez que objetivavam uma História com status de ciência (SANTOS; ALVES, 2018).

Assim, “o more geométrico” ganhou notabilidade e tornou-se preponderante no ambiente acadêmico (SANTOS; ALVES, 2018). Cabe ressaltar que o método proposto pelo “o more geométrico” visava analisar “evidência em evidência, não deixando lugar a nenhuma opinião controvertida” e “ambicionava elaborar uma ciência onde todas as teses seriam evidentes” (ROHDEN, 1998, p. 251).

É importante destacar que esse modelo de racionalidade predominou até o século XIX, mas ainda é presente nas práticas científicas atuais, inclusive, entre as ciências humanas. Uma característica importante desse modelo, é que na verificação dos argumentos “as premissas são verdadeiras, exatas, e as conclusões têm o mesmo caráter” (ROHDEN, 1998, p. 254), inexistindo a contra argumentação.

Dessa maneira, a racionalidade apodítica influenciou a produção do conhecimento científico e os demais modelos de verificação do conhecimento ficaram “às margens” da produção do conhecimento científico (SANTOS; ALVES, 2018).

Assim, as culturas científicas que usavam a dialética ou retórica perderam seus status de ciência, pois “a racionalidade demonstrativa foi tida, por muito tempo, não apenas como ideal de razão, mas a própria expressão fidedigna de toda forma de racionalidade” (NARBAL, 2011, p. 276), ou seja, a verdade tornou-se primordial para ao conhecimento científico, não havendo mais lugar para a verossimilhança. O conhecimento científico tornar-se-ia verdadeiro e irrefutável. (SANTOS; ALVES, 2018). Assim, as ciências apropriaram-se da metodologia apodítica mesmo que suas especificidades ou as características de seus objetos de estudo não se adequassem ao uso dessa racionalidade.

Porém, o objetivo era alcançar um status de ciência cujo produto não pudesse ser refutado e, esse procedimento era primordial para que o conhecimento científico fosse aceito como verdadeiro pelas comunidades acadêmicas e sociedade (SANTOS; ALVES, 2018), já que o “conhecimento das causas e necessidades caracteriza a ciência apodítica, constituindo a demonstração (apódeixis), formando o silogismo científico. Este supõe uma necessidade formal, própria desta forma de raciocinar” (ROHDEN, 1998, p. 256).

Assim, nas ciências humanas, portanto não seria diferente para a historiografia, também houve mudança epistemológica, pois deveria se formalizar um modelo de conhecimento histórico demonstrativo, uma vez que a verdade para os processos e fatos históricos era o objetivo da História científica pelo modelo historicista.

Por isso, os historicistas – agrupados em positivistas ou kantianos, alemães ou franceses – adotaram métodos historiográficos inspirados pela razão apodítica. Provavelmente, foi desse modo que surgiu uma cultura historiográfica apodítica (SANTOS; ALVES, 2018).

Talvez, os historicistas tenham desenvolvido suas ideias sob a influência de pensadores que lhes antecederam, porque esse “ideal epistêmico e cognitivo perpassou as ideias de vários pensadores de Descartes a Carnap, passando por Spinoza, Kant, Leibniz e por todos os positivistas lógicos” (NARBAL, 2011, p. 273).

Ademais, esse processo iniciado no século XIV com a Revolução Científica, estimulou a hierarquização das ciências da natureza, de modo que se tornaram excessivamente valorizadas em detrimento das demais ciências, de tal maneira que se passou a questionar o status de ciência daqueles campos acadêmicos que não pertenciam ao grupo das exatas e natureza (SANTOS; ALVES, 2018).

Os argumentos do professor Narbal (2011) explicam essa ideia com as seguintes palavras:

Esse esquecimento por parte dos lógicos e filósofos em geral apontado por Perelman e também, no Brasil, por Rohden, sinaliza um tipo de hierarquia entre ciências da natureza e ciências humanas, pressuposta ou admitida, que é ainda tributária de uma concepção de razão apodítica ou demonstrativa e que se inspira e toma como modelo de reflexão e de produção do conhecimento aquele que se dá segundo um “more geométrico”, inerente à Matemática e à Física (NARBAL, 2011, p. 273).

Por esse motivo houve a tentativa de criar um modelo de conhecimento histórico “atemporal” “necessário”, “imutável” e “verdadeiro”. Por isso, era preciso desenvolver novos métodos (SANTOS; ALVES, 2018).

Para isso, houve a adequação das fontes históricas, só eram aceitas aquelas cuja origem se tratasse de documentos oficiais, as demais maneiras de conseguir informações acerca dos processos históricos do passado foram descartadas.

Dessa maneira, os documentos históricos aceitos eram produzidos pela elite dominante, pois as classes oprimidas não possuíam o controle das instituições responsáveis pelos arquivos históricos, ou seja, instituições criadas para armazenar os documentos que fazem parte da memória coletiva. Sendo assim, as fontes para a consecução do saber histórico pertenciam aos grupos dominantes, deixando os oprimidos “às margens” da História (SANTOS; ALVES, 2018).

Assim, os historicistas criaram um modelo historiográfico baseado no silogismo lógico matemático, já que para testar a validade dos dados, descartavam-se argumentos considerados “falsos” através do raciocínio dedutivo: para esses pensadores, só era possível obter dados confiáveis em documentos pertencentes ao Estado, porque “uma vez demonstrada uma proposição, em lógica, a argumentação ‘forte’ (dedutiva) se torna necessária e as demais provas são consideradas

supérfluas” (ROHDEN, 1998, p. 264), já que acreditavam que somente os órgãos oficiais poderiam fornecer fontes confiáveis, que não seriam questionadas.

Talvez, essa estratégia tratar-se-ia de uma maneira para inviabilizar que os fatos importantes à classe oprimida estivessem incluídos nas produções históricas, uma vez que os grupos sociais dominantes controlam o Estado, assim, reduzir às fontes históricas válidas para àquelas que são produzidos por órgãos do governo asseguraria que o discurso historiográfico fosse produzido através da perspectiva da classe dominante.

Provavelmente, por essa razão que Benjamin sugeriu que houvesse o “desmantelamento da história universal, eliminação do elemento épico, ausência de empatia com o vencedor. A história tem de ser escovada a contrapelo. Desaparece a história da cultura enquanto tal: tem de ser integrada na história das lutas de classes” (BENJAMIN, 2012, p.186), esses argumentos ele apresentou nos fragmentos que originaram as teses.

Escrito através de uma perspectiva lógica e com a linearidade da Matemática, os argumentos históricos passaram a seguir uma ordem de “causa e efeito”. Dessa maneira, os eventos históricos foram interligados por relações causais, assim um fato histórico estará, obrigatoriamente, ligado aos efeitos de um evento anterior (SANTOS; ALVES, 2018).

Para exemplificar esse diálogo, usa-se como exemplo a Revolução Francesa e a Revolução no Haiti. Supondo que a Revolução Francesa seja o primeiro acontecimento pelos pensadores de orientação historicista e a Revolução do Haiti, um evento histórico investigado. Ao adotar o método lógico usado por esses pensadores, tem necessariamente que estabelecer causa e efeitos para que esses eventos sejam incluídos no contínuo da história (SANTOS; ALVES, 2018).

Nesse sentido, historiografia desses eventos tornou-se linear, criando uma sequência lógica para os processos históricos, assim formalizam-se instrumentos para deduzir que existem implicações “causais” que coloca um evento como efeito de outro (SANTOS; ALVES, 2018).

Sobre a ideia de causa e efeito nos processos históricos, Benjamin (2012) esclarece que:

A categoria suprema da história do mundo, que garante a univocidade dos acontecimentos, é a culpa. Cada momento dessa história está marcado pela culpa e implica a culpa. Causa e efeito nunca poderão ser categorias

decisivas na estrutura da história do mundo, porque não podem determinar nenhuma totalidade. A lógica terá de demonstrar o postulado segundo o qual nenhuma totalidade enquanto tal pode ser causa ou efeito. A concepção racionalista da História comete o erro de considerar causa ou efeito qualquer totalidade histórica (ou seja, um determinado estado do mundo). Um estado do mundo, no entanto, é apenas, e sempre, culpa (na sua relação com um outro, que virá depois dele (BENJAMIN, 2012, p. 26).

Contudo, não quer negar a existência de características entre os ideais de liberdade franceses e àqueles existentes no Haiti na época da Revolução dos escravos ou mesmo sugerir que os acontecimentos na Revolução Francesa não estimularam a Revolução Haitiana, já que existia constante troca de informação entre a metrópole e a colônia, talvez isso tenha facilitado a apropriação pelos escravos dos ideais iluministas que nortearam a Revolução Francesa (SANTOS; ALVES, 2018).

Sobre esse tema, Boaventura Souza Santos (2003) argumentou da seguinte maneira:

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. É esta a sua característica fundamental e a que melhor simboliza a ruptura do novo paradigma científico com os que o precedem (SANTOS, 2003, p.12).

Porém, a redução dos fatos históricos a premissas analíticas desfazem o caráter semântico dos argumentos usados pelos revolucionários franceses e haitianos, impedindo a rememoração das lutas da classe oprimida, uma vez que “o fato como premissa é um fato não-controverso” (PERELMAN, 2005, p. 76), por isso, como pretendiam os historicistas, se os fatos históricos são “verdades inquestionáveis”, não há lugar para questionamento, já que a imparcialidade para o saber históricos também era um dos objetivos desse grupo (SANTOS; ALVES, 2018).

Desse modo, sugere-se, a título de exemplo, que o termo “liberdade”, durante a Revolução Francesa, talvez não tivesse o mesmo sentido político para os haitianos. É relevante lembrar que a burguesia francesa tratava de questões políticas entre a nobreza absolutista, o clero e o terceiro Estado, já os escravos no Haiti provavelmente usavam-no referindo-se ao sistema escravista e a independência entre a metrópole e a colônia, isto é, a semântica dos conceitos

usados pelos revolucionários haitianos e franceses seria primordial para compreendermos o sentido das lutas que eles travaram naquele período (SANTOS; ALVES, 2018).

Neste sentido, percebe-se que historiografia, sobretudo os textos produzidos para os livros didáticos, relatam que a revolução no Haiti foi motivadora das ideias que culminou na revolta do Malês, na província da Bahia, no século XIX. Isso acontece, porque esse modelo historiográfico soma os processos históricos uns aos outros, favorecendo a linearidade dos fatos históricos, de modo que possa preencher o contínuo da História. Entretanto, esses acontecimentos históricos estão sempre conectados - de maneira Lógica - aos processos históricos criados pela burguesia (SANTOS; ALVES, 2018).

No caso dos Maleses na Bahia, desconsidera-se que os escravos eram convertidos ao Islamismo, provavelmente, a doutrina islâmica tenha estimulado de maneira mais relevante à revolta bahiana. No entanto, esses fatos são ignorados pela historiografia tradicional, inspirada pelo historicismo, pois se prioriza o somatório dos fatos históricos visando favorecer as “relações causais dedutivas” entre os eventos históricos (SANTOS; ALVES, 2018).

No apêndice “A” das teses sobre o conceito de História Benjamin esclarece que:

O historicismo limitou-se a estabelecer um nexos causal entre vários momentos da história. Mas um fato, por ser causa de outro, não se transforma por isso em fato histórico. Tornou-se nisso postumamente, em circunstâncias que podem estar a milênios de distância dele. (BENJAMIN, 2012, P. 20)

Assim sendo, retomamos aqui a analogia que foi usada anteriormente sobre o profeta Ezequiel e o “vale de ossos secos”, ou seja, é preciso ressuscitar “os vales de ossos secos” que existem no contínuo da História e fazê-los ganhar vida, para que assim possamos realizar uma historiografia redentora dos oprimidos, pois como afirmou Michel de Certeau (2011): “a escrita põe em cena uma população de mortos” (CERTEAU, 2011, p. 108).

Cabe salientar que para Certeau (2011), “a escrita não fala do passado senão para enterrá-lo. Ela é um túmulo no duplo sentido de que, através do mesmo texto ela honra e elimina” (Ibidem, p. 108), esse argumento relembra as preocupações de

Benjamin, pois se por um lado a história pode ser um túmulo, por outro ela pode ser a redentora das classes oprimidas.

Nesse caso, redenção, talvez seja o maior objetivo para a historiografia na perspectiva de Walter Benjamin, já que sem a redenção não será possível à emancipação da classe oprimida. Para Michel Löwy (2005), a redenção: “é então uma apocatástase no sentido de que cada vítima do passado, cada tentativa de emancipação, por mais humilde e ‘pequena’ que seja, será salva do esquecimento e ‘citada na ordem do dia’, ou seja, reconhecida, honrada, lembrada” (2005, p. 55).

Na ideia de Benjamin, talvez o modelo de historiográfico dos historicistas seja similar ao vale de ossos secos que foi descrito no começo do texto, pois contribuiu para o sepultamento dos processos e acontecimentos históricos voltados a classe oprimida. Mas, para a burguesia, os historicistas criaram, por meio da História, um jazido de ouro para ser eternizado como imagem perfeita do passado.

Talvez por isso, que no texto a “origem do Drama Barraco Alemão” W. Benjamin afirme que “a ideia é da ordem da linguagem, mais precisamente a essência da palavra, aquele momento que esta é símbolo, [...] cabe ao filósofo restituir pela representação o primado do caráter simbólico da palavra, no qual a ideia chega ao seu autoconhecimento” (BENJAMIN, 2011, p.25).

No entanto, para que isso aconteça, é preciso romper com racionalidade apodítica na condição de método predominante na escrita da história. Assim, entre as estratégias, precisa que a historiografia se utilize de técnicas investigativa que use a semântica como instrumento para a análise dos dados que são objeto na produção do conhecimento histórico, mas é preciso que o historiador seja um vidente na ressurreição dos mortos (BENJAMIN, 2016), ou seja, dê vida aos “vales de ossos secos” que estão escondidos no contínuo da História, pois assim será possível promover a redenção dos oprimidos.

Segundo Benjamin (2016), a linguagem é um espaço que lutas são realizadas, “uma vez que com a linguagem, estimulamos emoções, lembramos o passado, nos apropriamos do mundo e atuamos historicamente nele”, isto é, “Ganhar ou perder uma guerra é qualquer coisa que, a acreditar no espírito da linguagem, penetra tão fundo na trama da nossa existência que nos torna para sempre mais ricos ou mais pobres em quadros, imagens, descobertas” (BENJAMIN, 2016, p. 115).

Há de se dizer que, desse modo, à cultura historiográfica, inspirada nas ideias de nosso filósofo, assumirá que é necessário irromper o discurso historiográfico para extrair a memória da classe oprimida, trazendo os discursos silenciados de volta a ordem do dia, mas é preciso “se afasta quanto pode desse processo de transmissão da tradição” e assumir a “missão de escovar a história a contrapelo”, uma vez que “o passado traz consigo um *index* secreto que o remete para a redenção” (2012, p.10).

Cabe enfatizar que Benjamin também criticou, nas teses Sobre o Conceito de História, a ideia de imparcialidade e a pretensão de universalidade do modelo historiográfico historicistas. Segundo Benjamin (2016), Fustel de Coulanges sugeriu “ao historiador que pretenda reconstruir uma época que ignore tudo o que conhece do desenrolar histórico posterior” (BENJAMIN, 2016, p. 12). Ele afirmou ainda que “o historicismo culmina, como tinha de ser, na história universal” e “não dispõe de qualquer armadura teórica” (BENJAMIN, 2016, p. 12), ou seja, atacou a pretensão historiográfica totalizante e universal e a tentativa historicista de não criticar o conteúdo de suas investigações.

Sobre a tese VII, Michel Löwy afirmou que Benjamin prosseguiu “a polêmica contra Fustel de Coulanges - historiador francês positivista e reacionário do século XIX - continua a das teses anteriores contra Ranke e o historicismo alemão: o passado pode ser compreendido somente a luz do presente, sua imagem verdadeira e celebre e furtiva –‘lampeja’”, ou seja, criticou os historicistas, inclusive, citando historiadores desse campo argumentativo.

Dessa maneira, Benjamin (2016) refuta os pensadores historicistas que pretendiam realizar uma História imparcial e detentora de acontecimentos históricos verdadeiros e não verossímeis. Para isso, evitavam as reflexões sobre a permanência do passado nos eventos do presente e discordavam que no processo historiográfico houvesse diálogos com lugares comuns argumentativos da filosofia e demais ciências humanas.

Mas essa postura não indica que seja possível reconhecer o passado da forma como os processos históricos aconteceram, uma vez que “Articular historicamente o passado não significa reconhecê-lo ‘tal como ele foi’ Significa apoderarmo-nos de uma recordação (*Erinnerung*) quando ela surge como um clarão num momento de perigo (BENJAMIN, 2016, p. 10)”.

Além disso, a inexistência de base teórica na proposta historicistas, motivada pela suposta busca por imparcialidade, também foi alvo das críticas de nosso

teórico, uma vez que os acontecimentos históricos são somados e “acumulados para preencher o tempo vazio e homogêneo”, de modo que os objetivos consistem em narrar os acontecimentos históricos na condição de “fatos verdade” sem a interferência dos argumentos produzidos a partir dos campos de pensamento na qual o pesquisador é filiado. Ou seja, o “método é aditivo: oferece a massa dos fatos acumulados para preencher o tempo vazio e homogêneo” (2016, p. 16).

Nos comentários que realizou sobre as teses, Michel Löwy (2005) afirma que esse método é:

Exatamente o mesmo tempo dos bancos de investimento e dos grandes estabelecimentos de crédito...; e o tempo da marcha dos lucros produzidos por um capital...; tempo verdadeiramente homogêneo, pois traduz, pois transmite em cálculos homogêneos... pois transpõe em uma linguagem (matemática) homogênea as inúmeras variedades de ansiedades e de fortunas. (p. 131)

Sendo assim, trata-se da “concepção historicista quantitativa do tempo histórico como acumulação” (LÖWY, 2005, p. 131). Dessa forma, o tempo histórico historicista é um modelo de tempo teleológico cujo objetivo é o acúmulo de capital e a manutenção do status quo da burguesia (SANTOS; ALVES, 2018).

Nesse caso, Benjamin estabelece um contraponto importante, pois segundo ele a “crítica do historicismo tem o seu peso. A sua referência às ciências da natureza, porém – como ‘a ciência por excelência’ –, põe à vista toda a dimensão da perigosa problemática da questão cultura” (BENJAMIN, 2012, p. 76).

Sendo assim, é necessário esclarecer que o ataque de Benjamin a historiografia nas teses, tematizaram a cultura historiográfica, isto é, a cultura científica criada pelos historicistas, pois é um modelo que fortalece a manutenção do poder da classe dominante sob a classe oprimida.

Sabendo que a cultura historiográfica é um instrumento para promoção da consciência histórica e da cultura histórica, então o alerta de Benjamin atinge toda a estrutura cultural, pois essa estrutura estaria comprometida com a ordem burguesa. E, talvez por essa razão ele tenha elaborado a seguinte afirmação, que é repetida aqui: “não há documento de cultura que não seja documento de barbárie” (BENJAMIN, 2016, p. 13).

Entretanto, para tecer argumentos acerca dessa visão de Benjamin (2016) deve-se retomar a ideia de cultura que foi apresentada no início do texto. Mesmo

que sejam repetitivos, é necessário reafirmar que a cultura já foi usada para separar grupos sociais entre inferiores e superiores, assim como, para diferenciar as sociedades consideradas civilizadas daquelas supostamente não civilizadas.

Nesse sentido, para Benjamin (2016), a cultura historiográfica historicista ratificou essas ideias no interior da História, uma vez que desenvolveu empatia com os grupos dominantes e modelos culturais imperantes, estimulando a criação de hierarquias entre sociedade ou grupos sociais.

Nessa perspectiva, a cultura europeia tornar-se-ia superior às culturas dos países latinos americanos. Por outro lado, no interior dos países latinos americanos, as manifestações culturais dos grupos dominantes são consideradas mais importantes, em detrimento às manifestações culturais da classe dominada.

Nesse sentido, o fundamento da crítica de W. Benjamin (2016) nas Teses sobre o conceito de História consiste no “perigo” que a historiografia historicista oferece a cultura histórica e toda estrutura cultural, uma vez que cultura historiográfica historicista, usada na produção do conhecimento histórico, coloca a História sob a égide da classe dominante, já que devido à empatia do historicismo com a burguesia, o saber histórico foi produzido aos moldes da cultura historiográfica historicista e, a serviço de um sistema ideológico cujo objetivo é a dominação das massas: nesse caso, a ciência Histórica cumpriu sua função, pois é um instrumento para formação de uma consciência histórica baseada nas ideias da burguesia.

O Historiador José Carlos Reis, porém, sugere que os pensadores historicistas disseminaram o conhecimento histórico e estimularam a formalização da profissão do historiador, ou seja, foram os responsáveis pela aceitação da história nos meios sociais e científico, pois, segundo ele, “a história se profissionalizou definitivamente: numerosas cadeiras na universidade, sociedades científicas, coleções de documentos, revistas. Manuais, publicação de textos históricos, um público culto comprador de livros” (REIS, 1996, p. 17).

No entanto, essa aceitação se deu no momento que a história tentou romper com a crítica Filosófica, ou seja, a história abdicou da aproximação com filosofia para conseguir os status de ciência. Desse modo, a racionalidade apodítica cumpriria melhor essa pretensão, uma vez que nesse modelo não há espaço para questionar os resultados obtidos nas investigações científicas, já que são verdadeiros, ou seja, irrefutáveis.

Além disso, os historicistas difundiram a cultura burguesa por meio da historiografia, silenciando a cultura popular. Por esse motivo, não será exagero transcrever novamente a afirmação de Benjamin na tese VII, “Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie. E, do mesmo modo que ele não pode libertar-se da barbárie, assim também não o pode o processo histórico em que ele transitou de um para outro” (BENJAMIN, 2016, p. 13).

Dessa maneira, o sucesso das estratégias historicistas na popularização do seu modelo historiográfico só foi possível por causa da empatia com as classes sociais dominantes (BENJAMIN, 2016), provavelmente, essa aliança com a burguesia rendeu-lhes o sucesso que obtiveram e a abertura nas instituições controladas pela burguesia.

Nesse caso, Benjamin (2016) é corroborado por Michel Löwy (2005) e Jose Carlos Reis (1996), pois todos sugerem que o historicismo justificou seus argumentos nas ideias aceitas pela burguesia e, é ratificado pelo pensamento de teóricos reacionários, assim, os historicistas entregaram-se “à prostituta chamada ‘Era uma vez’” (BENJAMIN, 2016, p. 18).

Por isso é uma cultura historiográfica doutrinadora da moralidade e tradição burguesa, em detrimento a cultura das classes oprimidas, como alertou o pensador. Por esse motivo não “condena” o uso da razão apodítica pela historiografia, mas reflete sobre as formas como o historicismo utilizou esse modelo de racionalidade para promover a manutenção da ordem burguesa.

Assim, a ideia que a História é uma linha na qual os acontecimentos históricos estão conectados, de maneira que cada evento ou sociedade seguem distribuídos e organizados uns após outros, desde o surgimento dos primeiros seres humanos, ocupa o imaginário das pessoas: essas ideias são apropriadas pelos jovens quando nos primeiros contatos com conhecimento histórico, na maioria das vezes, devido os métodos de ensino para o saber histórico.

Nesse caso, não foi somente nas teses que Walter Benjamin criticou essa forma de enxergar e escrever a história, mas em toda a sua obra ele propôs a ruptura com essa perspectiva.

Só quando o decurso da história deslizar sem atrito pelas mãos do historiador se poderá falar de progresso. Mas se ele for uma meada desfeita e dispersa por milhares de fios, caindo como tranças desmanchadas, nenhum desses fios encontrará o seu lugar preciso antes de todos serem

apanhados e entrançados num verdadeiro penteado. (BEJAMIN, 2016, p. 114)

Por isso, talvez os contos de Sherazade representem a melhor maneira de explicar como deveria funcionar a organização da História na perspectiva de Benjamin.

Segundo a lenda, o rei persa Shariar foi traído por sua esposa. Por esse motivo matou ela e o amante que, era servo do rei. Tomado pelo ódio, o rei iniciou um hábito terrível: todos os dias ele se casava e, ao amanhecer, matava a esposa para não ser traído.

No entanto, Sherazade sugeriu ao seu pai que acabaria com aquele sofrimento, mesmo contrariando a vontade do seu genitor, ela seguiu com o plano. Para isso, casou-se com o rei, na noite de núpcias um choro foi escutado no palácio, era a irmã de Sherazade. Ela explicou ao rei que toda noite contava uma história para a irmã dormir. Apesar da irritação do rei, ela contou a história para sua irmã que, dormiu calmamente.

A história, porém, despertou à atenção do rei, assim, ele exigiu que esposa continuasse a narrativa. A história acabou quando o dia amanheceu. Durante o dia o rei dormiu, mas, na expectativa que durante a noite pudesse ouvir outras histórias contadas por sua esposa. Ao longo de mil e uma noites Sherazade narrava as histórias para seu marido, tempo suficiente para conceber filhos ao rei Shariar.

Após mil e uma noites as histórias acabaram, entretanto, o rei Shariar não sentia mais ódio em seu coração, por isso aceitou Sherazade como esposa, definitivamente. O conto diz, inclusive, que ele recomendou ao seu irmão que casasse com a irmã da sua esposa e todos viveram felizes.

Os contos de Sherazade têm características peculiares, uma vez que a história dos personagens desencadeiam ramificações que acabam originando ou se encontrado com a história das outras pessoas, ou seja, a primeira historia é o ponto de partido para inúmeras narrativas, ou seja, será um modelo historiográfico que faz surgir, através do discurso produzido, àqueles fatos históricos que tem sido silenciado através dos modelos de escrita empáticos com a classe dominante, assim como, romperá com o modelo linear que tem predominado na historiografia tradicional de inspiração historicista.

São essas características nos contos de Sherazade que se assemelha a perspectiva para História proposta por Walter Benjamin, uma vez que para ele a

História não é linear, já que existem inúmeros encontros, reencontros, cruzamentos, os ditos e não ditos, sendo assim, uma historiografia inspirada por suas ideias realizará essa empreitada.

Portando, para que seja possível uma historiografia inspirada por Benjamin, seria necessário o “desmantelamento da história universal, eliminação do elemento épico, ausência de empatia com o vencedor” (BENJAMIN, 2016, p. 120). Para isso, “a história tem de ser escovada a contrapelo. Desaparece a história da cultura enquanto tal: tem de ser integrada na história das lutas de classes” (BENJAMIN, 2016, p. 120) e somente dessa maneira seria possível a redenção dos oprimidos.

No entanto, não custa lembrar que a cultura historiográfica historicista estimulou a formação do modelo que temos na atualidade. Por isso, podemos dizer que atualmente se vive um conflito entre as permanências do modelo historiográfico historicista e os novos paradigmas historiográficos que tentam sobressair e trazendo a tona história dos oprimidos silenciada pela historiografia dominante.

Contudo, para Walter Benjamin, à História é vista como “catástrofe”, isso acontece porque, provavelmente, esse modelo de historiografia enxerga a história das classes dominantes como o modelo de Cultura Histórica que deve ser seguido pelas sociedades hodiernas.

Assim, a História inspirada nessas ideias tornou-se um mecanismo de dominação das elites dominantes contra a classe oprimida, isto é, uma catástrofe legitimada pela história nos moldes historicista.

Desse modo, alguns mecanismos são usados com este objetivo: o estado de exceção como “*gewalt*”, já que essa palavra polissêmica da língua alemã pode ser traduzida por “violência do estado” no português, nesse caso, a vítima é a classe oprimida; a apropriação do saber como catástrofe histórica, uma vez que é um instrumento para transmissão do modelo cultural legitimado pela classe dominante.

Capítulo II

1.0. A História como catástrofe.

A História escrita através do método historiográfico historicista possibilitou o desenvolvimento de um discurso a partir dos eventos históricos promovidos pela classe dominante. Nesse caso, desconsiderou-se a perspectiva da classe oprimida, assim os eventos históricos inerentes foram silenciados pela historiografia dominante.

Esses aspectos que caracterizam o modo como a história tem sido escrita, são considerados como uma “catástrofe” para Walter Benjamin. Além disso, esse modelo historiográfico propicia a legitimação do “estado de exceção” como “*gewalt*”, isto é, formas de violência do poder cuja maior vítima é a classe oprimida.

Cabe considerar que a apropriação do saber histórico é uma “catástrofe” sob a perspectiva benjaminiana, pois os modelos de ensino foram inspirados pela razão apodítica e são fruto de um modelo educacional que transmite um saber histórico empático com classe dominante.

1.1. A ideia de história como catástrofe.

A palavra catástrofe é usada para definir acontecimentos naturais causadores de danos irreparáveis à humanidade, geralmente são eventos que os danos são imensuráveis devido à quantidade de vidas humanas perdidas.

Ressaltando que, às pessoas que mais sofrem com esses eventos são aquelas que pertencem à classe oprimida, pois é comum que os maiores danos atinjam essa camada da sociedade, uma vez que não possuem condições econômicas para se protegerem desse tipo de fenômeno.

Esses fenômenos podem acontecer sem a interferência humana, ou seja, a partir de eventos relacionados à natureza. Mas também existem catástrofes relacionadas às atividades humanas. Nesse caso, os seres humanos são responsáveis diretos pelos danos e, portanto, poderiam e deveriam evitá-los, mas devido à ausência de medidas preventivas essas catástrofes causam impactos imensuráveis à vida das pessoas.

Os tsunamis que atingiram o sudeste da Ásia em 2004 são um exemplo de cataclismo sem responsabilidade humana, pelo menos diretamente. Embora muitas às vezes sejam possíveis prever este tipo de evento e reduzir os transtornos, normalmente, as catástrofes causam perdas materiais e vidas humanas. Nesse caso, o número de mortos foi calculado em aproximadamente 230 mil pessoas.

No entanto, existem catástrofes causadas pela interferência dos seres humanos na natureza, são previsíveis e evitáveis se os limites de segurança e preservação na relação entre os seres humanos e a natureza forem preservados, de maneira que seres humanos e natureza convivam harmoniosamente.

Em Janeiro de 2019, houve o rompimento da Barragem do Feijão, em Brumadinho, Município do Estado de Minas Gerais. Estima-se que esse cataclismo vitimou mais de 270 pessoas, pois até esse momento, ainda não foram encontradas todas as vítimas da catástrofe.

No caso de Brumadinho seria possível evitar a catástrofe, pois se a empresa responsável pela mineração naquela região tivesse tomado às medidas cabíveis e houvesse uma relação de respeito à natureza, provavelmente a catástrofe seria evitada.

Do mesmo modo como entendemos as causas para a catástrofe em Brumadinho, é possível compreender as reflexões de Benjamin acerca da história como catástrofe, uma vez que essa catástrofe havia sido anunciada e, portanto, poderia ser evitada, mas não foi devido o interesse das classes dominantes nas riquezas produzidas na região.

Nesse sentido, De que modo a História é “catástrofe” nas ideias de Benjamin?

Na tese IX do texto “Sobre o Conceito de História” Benjamin apresenta uma visão trágica que é descrita com as seguintes ideias:

Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstituir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não as consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval (BENJAMIN, 2016, p. 14).

Não se pode desconsiderar a situação que Benjamin se encontrava naquele momento de sua vida, pois vivia sem quaisquer tipos de segurança jurídica que lhe garantisse o direito à vida, ou seja, encontrava-se inserido numa condição permanente de exceção.

No momento que escreveu as teses “Sobre o Conceito de História” Walter Benjamin estava sendo perseguido pelos órgãos repressivos do regime nazista. Por esse motivo, talvez esse texto seja o último “suspiro” intelectual do nosso pensador, já que foi escrito poucos meses antes dele cometer suicídio. Provavelmente, essa situação contribuiu para a visão pessimista da História, contida no texto das teses, especialmente, na tese IX.

Por essa razão, supomos que ele foi influenciado pelos sentimentos e emoções que vivenciava, quando elaborou os argumentos contidos nas Teses, uma vez que não há como desprender-se das emoções e sentimentos no momento que produzimos nossas reflexões. Talvez por isso que, para ele, a História seria uma catástrofe causada pelo progresso, melhor dizendo, o contínuo da história seria uma catástrofe causada pela ideia de progresso na historiografia.

No entanto, precisa considerar os argumentos de Benjamin como inferências a historiografia. Sendo assim, “‘a homenagem celebratória’ é uma forma de empatia com a catástrofe” (BENJAMIN, 2016, p. 192), uma vez que a historiografia historicista acabou tecendo uma História Universal pela qual as classes dominantes controlam as rédeas dos processos históricos, relegando as classes oprimidas ao longo das épocas a condição de coadjuvante, ou até mesmo, jogando no esquecimento as memórias históricas que deveriam constituir a consciência política dos oprimidos.

Dessa maneira, “a catástrofe” é “o contínuo da história”, pois é representada pela imagem de um passado glorificado escolhido pela classe dominante para ser a memória que deve ser vivenciada no presente, dessa maneira a “*A catástrofe é o progresso, o progresso é a catástrofe*” (BENJAMIN, 2016, p. 192), porque no final da linearidade histórica historicista, existe um presente forjado pelos dominantes no sangue dos oprimidos, ou seja, a evolução ou progresso, nesse caso, culmina na opressão da classe popular.

Mas a redenção da classe oprimida pode ser entendida como catástrofe, se essa puser fim ao contínuo da história, pois “o presente como catástrofe” “a partir do tempo messiânico”, causará a interrupção do contínuo da história, uma vez que, “o

Messias não aparece no fim de uma evolução” como no pensamento cristão, mas será um responsável pela descontinuidade do progresso, portanto, ruptura com contínuo da história que escrita na perspectiva das elites dominantes (BENJAMIN, 2016, p. 189).

No texto “a origem do drama barroco alemão”, Sérgio Rounet comenta as ideias de Benjamin com seguinte argumento: “O Barroco é habitado pela antecipação da catástrofe, que destruirá o homem e o mundo, mas não é uma catástrofe messiânica, que consuma a história, e sim a do destino, que o aniquila” (BEJNAMIN, 2011, p. 35): nesse caso a ideia catástrofe está ligada a concepção de progresso que é o aniquilador do homem, talvez, mais especificamente, do homem oprimido.

Walter Benjamin, em sua obra, apresentou uma ideia de tempo histórico que estava ligado a sua escritura, logo a catástrofe em Benjamin é ao mesmo tempo destruidora do contínuo da história, como também redentora.

Portanto, não há como negar que as catástrofes causam sofrimento e destruição. Por isso, De quais maneiras a história pode ser apresentar como catástrofe numa perspectiva benjaminiana?

1.2. Estado de exceção como catástrofe Histórica.

“*Gewalt*” é um termo polissêmico da língua alemã usado para definir a ideia de “poder” e “violência”. Assim, podemos considerar que os termos “poder” e “violência” são sinônimos ao traduzirmos “*gewalt*” para o português (BENJAMIN, 2010).

Além disso, pode usar o termo “*gewalt*” para se referir a ideia de “violência do poder”, na forma como sugere João Barrento na tradução do texto “para a crítica da *gewalt*”, na versão de Portugal para a coletânea “Anjo da história” dos textos de Walter Benjamin (BENJAMIN, 2010).

Nessa investigação pode considerar os diferentes sentidos que o termo “*gewalt*” possui na Língua Alemã e a diversidade polissêmica quando sua tradução é realizada para o português, uma vez que o sentido desse termo em um argumento que pode definir o modo como aconteceu sua aplicação prática no âmbito jurídico ou político.

Neste texto, “*gewalt*” é empregado com o sentido de “violência do poder”, uma vez que se considera que esse instrumento pode ser usado para o domínio da classe oprimida. Porém, esses argumentos são justificados quando é apropriado na perspectiva acadêmica que defende a existência de uma “teoria das elites”.

Malfatti (2008) sustenta que a “teoria das elites” são os instrumentos que alguns grupos sociais ou políticos usam para “encontrar na ideologia a legitimidade subjetiva e o apoio utilitário para perpetuar-se no poder” (MALFATTI, 2008, p. 02). Tais argumentos nos ajudam a compreender como funcionam os mecanismos para o controle da classe oprimida, defendendo a concepção na qual as elites detêm o controle do Estado.

Na maioria dos casos, o termo “*gewalt*” refere-se ao poder que o Estado exerce quando usa a violência e outras formas de poder, visando inibir a violação de direitos estabelecidos na ordem jurídica vigente. Por exemplo, trabalho policial é uma forma de “*gewalt*”, pois tem o objetivo de assegurar que os direitos constituídos em contratos jurídicos anteriores não sejam violados por qualquer que seja o indivíduo membro do Estado, ou seja, a ação policial é um instrumento para conter as ações individuais ou coletivas que se contraponha a ordem jurídica estabelecida.

Imagine trabalhadores em greve que na forma de protesto interditam uma avenida importante numa grande cidade, nesse caso, o processo de desobstrução da avenida configura-se em “*gewalt*”, pois normalmente usa-se a força policial para restabelecer a ordem jurídica da cidade.

Nesse caso, a “*gewalt*” é usada pelo Estado na manutenção dos direitos estabelecidos, mas entra colisão com o direito que os trabalhadores têm de exercerem a greve para alcançar novos direitos ou exigir a aplicação dos direitos adquiridos.

Na linguagem jurídica se trata de uma oposição ou colisão entre direitos fundamentais, pois a greve dos trabalhadores reivindica a criação de novos direitos ou aplicação de direitos já estabelecidos, mas o Estado usa a “*gewalt*” para assegurar a liberdade de ir e vir à maioria das pessoas que vivem na cidade.

No texto “para a crítica da Gewalt” Benjamin (2010) investigou as diferentes maneiras que a “*gewalt*” é aplicada pelo Estado e como o Estado faz desse instrumento um mecanismo para a manutenção da ordem estabelecida. Ele explicou que “toda *Gewalt*, enquanto meio, tem por função instituir o direito ou mantê-lo” (BENJAMIN, 2010, p. 54).

Benjamin percebeu essa contradição que envolve o uso da “*gewalt*” pelos trabalhadores sindicalizados em greve e pelo Estado, pois os operários organizados são a exceção à regra geral de aplicação da “*gewalt*”, uma vez que segundo Benjamin (2010), eles têm o direito a exercer a “*gewalt*” sob “a forma do direito à greve” (BENJAMIN, 2010, p. 51). Para Benjamin (2010) o “operariado organizado é, hoje em dia, o único sujeito jurídico, além do Estado, ao qual se concede o direito à *gewalt*” (BENJAMIN, 2010, p. 51).

Nessa concepção, o direito a greve é um instrumento que visa garantir meios para os trabalhadores questionarem as violações dos contratos legais estabelecidos. No entanto, a greve é tolerável no estado de direito, mas a greve geral revolucionária é inaceitável, uma vez que afeta os princípios que garantem a ordem jurídica estabelecida (SELIGMANN-SILVA, 2005).

Nessa perspectiva, existem limites para o exercício do direito a greve e caso os trabalhadores excedam os contratos firmados que lhes permitem a condição de greve, o estado usará os mecanismos legais para conter “excessos” do proletariado, isto é, a greve pode atingir fins específicos dentro do estado de direito, mas não deve ser o instrumento para atingir os objetivos coletivos que provoquem a subversão da ordem estabelecida (SELIGMANN-SILVA, 2005).

Por outro lado, no caso do patrão que infringe os direitos instituídos na legislação trabalhista, a greve é a forma de “*gewalt*” permitida aos trabalhadores, uma vez que é o instrumento para garantir a manutenção do estado de direito, sem que haja a radicalização no movimento dos trabalhadores. Pois, nesse caso, o patrão feriu os princípios que asseguram a manutenção da ordem estabelecida, já que criou instabilidades políticas no âmbito do estado de direito, por isso a greve é permitida na lei para que os trabalhadores possam denunciar as transgressões aos contratos legais vigentes.

Porém, segundo nosso pensador, a permissão para a realização das greves se deu porque não havia mais como impedir que os trabalhadores realizassem esses movimentos, assim “foi provavelmente esse fato que facilitou ao poder do estado a aceitação do direito à greve, quando já não podia ser evitada” (BENJAMIN, 2010, p. 51). Não devemos esquecer, porém, que Walter Benjamin refere-se ao contexto histórico europeu de ascensão do fascismo.

Benjamin (2016) apoia-se nos Argumentos de Georges Sorel² para distinguir dois tipos de greves: a greve geral política e greve geral proletária. Na greve geral política o objetivo é o fortalecimento do poder do Estado e a manutenção da ordem jurídica vigente.

Entretanto, na greve geral proletária ou revolucionária, a extinção do estado, talvez seja o objetivo principal (BENJAMIN, 2016), ou seja, “o poder do estado, porém, ao considerar apenas os efeitos, opõe-se precisamente a essa greve como suposta violência, ao contrário das greves parciais que, na maior parte dos casos, são meras formas de chantagens” (BENJAMIN, 2016, p. 74).

Ademais, na concepção de Benjamin (2016), a greve parcial é permitida pelo Estado porque é um instrumento cuja função é evitar condições que provoquem o desequilíbrio das relações políticas no âmbito de um Estado de direito, por exemplo, no caso de uma greve geral revolucionária a ordem jurídica vigente é ameaçada pelos efeitos do movimento, atingindo os interesses da classe dominante.

Torna-se relevante reafirmar que Benjamin escreveu seus textos no momento que a Europa vivenciava o fortalecimento dos regimes totalitários, ou seja, ascensão dos regimes fascistas, isto é, Estados ditatoriais. Diferente do momento político atual que a maioria dos países na Europa e América vivencia nos Estados democráticos, seja com as instâncias democráticas consolidadas, seja em processo de fortalecimentos dos mecanismos democráticos, porém, são condições políticas e de direito diferente da primeira metade do século XX.

Todavia, quando as mobilizações da classe oprimida alcançam proporções que ameaça a ordem jurídica vigente, provocando uma crise nas intuições políticas, o “estado de exceção” pode tornar-se uma “*gewalt*” cuja função será manutenção da ordem jurídica que está em funcionamento.

Compreender o conceito “estado de exceção” não é simples, uma vez que classificar essa categoria é caminhar entre a Política, o Direito e a Filosofia, pois se trata de um conceito paradoxal cuja compreensão depende dos saberes produzido em diferentes áreas do conhecimento humano.

A ideia de “estado de exceção” vincula-se ao ato de suspensão de direitos adquiridos em um Estado de direito devido situações emergenciais. Em alguns casos, acontece através da imposição de decretos ou atos institucionais pelos

² Georges Sorel formou-se em Engenharia pela École Polytechnique e dedicou-se a estudar o sindicalismo revolucionário na Alemanha.

agentes que controlam o poder político do Estado, também se apresenta como mecanismos para a exclusão de um indivíduo ou grupos sociais da ordem jurídica que esteja em funcionamento, assim como pode ser um instrumento no estado para criar ferramentas que visem eliminar qualquer ameaça a estrutura de poder vigente (AGAMBEN, 2004, p. 12).

Segundo Agamben (2004, p. 12), essas “medidas excepcionais encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito, e o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal”.

Schmitt (2006) esclarece que não são quaisquer “medidas excepcionais” que serão classificadas como “estado exceção”, pois “nem toda medida de polícia no caso de necessidade, ou decreto-lei considera-se estado de exceção” (SCHMITT, 2006, p. 12), é preciso a existência de uma decisão sobre o estado de exceção, já que:

Para isso precisa-se de competência, a principio ilimitada, ou seja, a suspensão de toda ordem existente. Entrando-se nessa situação, fica claro que, em detrimento do Direito, o Estado permanece. Sendo o estado de exceção algo diferente da anarquia e do caos, subsiste, em sentido jurídico, uma ordem, mesmo que não uma ordem jurídica (SCHMITT, 2006, p. 12).

Nesse caso, a figura do Soberano é fundamental na formalização do estado de exceção, quando analisarmos a temática a partir da perspectiva de Schmitt (2006), pois o soberano é responsável pela formalização da condição de exceção, ou seja,

Soberano é quem decide sobre o estado de exceção. Essa definição, em si, pode fazer jus ao conceito de soberania como um conceito limítrofe, pois o conceito limítrofe não significa um conceito confuso como na turva terminologia da literatura popular, mas um conceito da esfera extrema. A isso corresponde que a sua definição não pode vincular-se ao caso normal, mas ao caso limítrofe (SCHMITT, 2006, p. 07).

Para Joel Decothé Junior (2015, p. 07) “podemos sinteticamente expressar que o estado de exceção, oferece uma categoria conceitual de ordem especificamente jurídica que se funda na decisão”. Já Márcio Seligmann-Silva (2005, p.17) afirma que, “o estado de exceção justamente inclui a violência no direito no mesmo momento em que suspende este”. Isto é, pertence ao âmbito jurídico à medida que pode ser efetivado no estado de direito e, é de interesse da política

porque suspende a ordem jurídica vigente, ou seja, são vários os limites que nos permite analisar esse conceito.

Agamben (2004, p. 12) afirma ainda que “a exceção é o dispositivo original graças ao qual o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão, uma teoria do estado de exceção é, então, condição preliminar para se definir a relação que liga e, ao mesmo tempo, abandona o vivente ao direito”.

A concepção Agamben (2004), nesse trecho, diferencia-se das ideias de Schmitt (2006), pois Agamben (2004) dialoga a partir de uma perspectiva na qual “estado de exceção” pode ser a condição de uma vida sem garantias de direitos, enquanto Schmitt (2006) discute o conceito numa visão da teoria geral do Estado.

Nesse sentido, é provável que a inspiração de Agamben (2004) ao formular essa ideia de estado de exceção tenha se aproximado daquela concepção que Benjamin apresentou na tese VIII, do texto “Sobre o conceito de História”. Segundo Benjamin o “‘estado de exceção’ em que vivemos é a regra” (2012, p.13).

Para Tosi (2017) “a exceção é um estado (minúsculo) dentro de um Estado (maiúsculo); quando ela se torna permanente, saímos do Estado democrático de direito e entramos num Estado (maiúsculo) de exceção”: essa diferenciação não se apresenta claramente em Agamben (2004), pelo menos em nossa percepção, fator que pode contribuir para uma confusão entre os argumentos de Schmitt (2006) e Benjamin (2012).

É possível que esse argumento de Tosi (2017) possibilite compreender, de maneira mais clara a concepção de “estado de exceção” que Benjamin (2012) usou na tese VIII do texto “Sobre o conceito de História”: temática apresentada mais adiante neste texto.

No entanto, precisa esclarecer que o “estado de exceção” pode apresentar-se através das normas outorgadas pelos detentores do poder, funcionando na condição de instrumento legitimador para os meios de opressão sempre que visam controlar os indivíduos ou grupos considerados subversivos.

Esse tipo de ato normativo não consta no ordenamento jurídico vigente, por isso é um instrumento de violência, às vezes, necessário para garantir o estado de direito e a vida dos cidadãos: exemplo do terrorismo exercido pelos agentes que detém o poder do estado.

No Brasil, por exemplo, o Ato Institucional número 5 (AI5), de 13 de dezembro de 1968, não revogou a Constituição de 1967, mas suspendeu direitos políticos e

instalou mecanismos de segurança que visava à desarticulação dos grupos de oposição, trata-se de um exemplo de ato governamental que institucionalizou o “estado de exceção”.

Nesse sentido, AI5 foi um instrumento de “exceção” aplicado aos opositores do Regime Militar, ou seja, foi uma forma de “*gewalt*”, pois exerceu essa função ao legitimar a violência cometida pelos agentes investidos do poder político no Estado Brasileiro entre 1968 e 1978, entretanto, é necessário esclarecer que naquele período o país vivia um regime ditatorial.

Tosi (2017) ao dialogar sobre as ideias de Schmitt afirmar que o “Estado exceção” pode ser usado para “criar as condições políticas para o estabelecimento de uma nova ordem constitucional” (TOSI, 2017, p. 20), isto é, restabelecer a normalidade.

Especificamente, no caso que Tosi (2017) citou como exemplo, o “Estado de exceção” foi o instrumento usado para restabelecer o estado democrático, uma vez “o *Comitato di Liberazione Nazionale*(CLN)” na Itália, criou as condições de exceção que serviu para a redemocratização do país em 1945, isto é, após a queda do regime de Mussolini.

No entanto, Giorgio Agamben (2004) contribuiu para justificar a ideia que o estado de exceção pode ser usado como uma forma de violência do poder ao afirmar que “violência (o termo alemão *Gewalt* significa também simplesmente ‘poder’) absolutamente ‘fora’ (*ausserhalb*) e ‘além’ (*jenseits*) do direito e que, como tal, poderia quebrar a dialética entre violência que funda o direito e violência que o conserva (*rechtset-zende und rechtserhaltende Gewalt*)” (AGAMBEN, 2004, p. 84).

É importante lembrar que a reflexão de Giorgio Agamben (2004) surgiu a parti das investigações que ele realizou nos textos escritos por Carl Schmitt e Walter Benjamin. Sabendo que Benjamin foi influenciado por Schmitt e, igualmente, Benjamin contribuiu para os argumentos Schmitt: ou seja, houve um debate entre esses pensadores na década de 1930.

Como sugere Agamben (2004) neste argumento:

Neste sentido ele [Benjamin] se debruça sobre a cena política europeia da sua época. Nela ele detecta uma antinomia entre a esfera jurídica, que quer integrar toda a sociedade em um sistema de fins jurídicos, e os fins naturais dos indivíduos. Estes não têm direito a recorrer à violência para concretizar seus fins. Por outro lado, o sistema jurídico, com seu monopólio da *Gewalt*/violência, parece querer apenas perpetuar a si mesmo. Neste ponto de sua argumentação Benjamin introduz pela primeira vez a figura do

“grande ‘bandido’”. Apesar de Benjamin não classificar deste modo, ele já representa uma aparição de um “estado de exceção” dentro da aparente normalidade do estado de direito (AGAMBEN, 2004, p. 84).

Na tese VIII, “Sobre o conceito de História”, Walter Benjamin apresenta a ideia de “estado de exceção” com dois argumentos que possuem sentidos diferentes, de modo que pode compreendê-lo sob duas perspectivas.

No primeiro trecho ele afirma que “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é a regra”. Sobre isso, cabe lembrar que devido suas origens e orientação política Walter Benjamin foi considerado um inimigo para o regime de Hitler, pois além de ser um pensador judeu, também se orientou no materialismo histórico para produzir seus textos.

Para Agamben, o sentido do argumento de Walter Benjamin ao dizer “‘estado de exceção’ em que vivemos é a regra” (BENJAMIN, 2016, p. 13) refere-se à situação da Alemanha sob o controle de Hitler, uma vez que “o estado de exceção, proclamado em 1933, nunca foi revogado” (AGAMBEN, 2012, p. 90): não será nenhum exagero reafirmar que a situação da Alemanha motivou os debates entre Walter Benjamin e Carl Schmitt na década de 1930.

Ressalta, porém, que apesar das emoções que influenciaram Walter Benjamin não estarem superadas no momento que ele produziu seus argumentos, sugere que ele refletiu sobre a opressão contra a classe oprimida em várias épocas e lugares, transmitindo essas ideias nas teses “Sobre o Conceito de História”, uma vez que ele deixa claro, em cartas publicadas, que o texto “Origem do Drama Trágico alemão” fecharia o ciclo de produções germânicas (BENJAMIN, 2011, P. 320), como foi argumentado anteriormente.

Por esses motivos, concorda com os argumentos de Michel Löwy (2005) ao comentar a tese VIII, pois segundo ele, a “história da opressão de classe” é “a expressão mais recente e mais brutal do ‘estado de exceção permanente’” (LÖWY, 2005, p. 83), ou seja,

Benjamin confronta, aqui, duas concepções da história - com implicações políticas evidentes para o presente: a confortável doutrina “progressista”, para a qual o progresso histórico, a evolução das sociedades no sentido de mais democracia, liberdade e paz, é a norma, e aquela que ele afirma ser seu desejo, situada do ponto de vista da tradição dos oprimidos, para a qual a norma, a regra da história e, ao contrário, a opressão, a barbárie, a violência dos vencedores (LÖWY, 2005, p. 83).

Não se pode afirmar que quando Benjamin escreveu estes argumentos “estado de exceção’ em que vivemos é a regra”, já pensava numa primeira concepção de controle total, ou mesmo na ideia primitiva do que hoje Agamben (2014) chama de biopolítica. Talvez, porém, quisesse antecipar a primeira reflexão sobre a concepção de uma vida sem direitos.

Há de se dizer que, apesar de todo o debate entre Walter Benjamin e Carl Schmitt, sobre a dimensão das reflexões presente na obra de Walter Benjamin, pois à amplitude intelectual do filósofo permitia-lhe argumentar sobre inúmeros temas através de várias perspectivas: materialismo histórico, judaísmo, messianismo e artes são alguns dos temas que despertaram sua curiosidade.

Além disso, cabe considerar que a principal função das teses “Sobre o Conceito de História” está implícita no seu título: refletir sobre a ideia de História. Sendo que, ao restringir nossa perspectiva sobre essa obra de Walter Benjamin exclusivamente para a Alemanha, seremos simplistas quanto à importância das investigações benjaminianas para humanidade, sobretudo no que tange as lutas de classe no âmbito dos oprimidos.

Por outro lado, imaginamos que para estabelecer uma “condição permanente de exceção” é preciso que as pessoas sejam submetidas a instrumentos mais complexos que as formas mais simples de *gewalt*, como a atuação policial, por exemplo. Pois para que uma “condição permanente de exceção” tenha efeitos, é preciso à criação de sistemas mais complexos de vigilância.

Há de se dizer que esses mecanismos de controle surtiriam melhores efeitos se acontecessem a parti do domínio ideológico ou cultural dos membros da classe oprimida: nesse caso, tanto a História, quanto o Direito e a Política são mecanismos fundamentais para tal empreendimento.

Por isso, Michel Löwy argumentou que a perspectiva de Walter Benjamin possibilitou:

Situar o fascismo na continuidade do cortejo dos vencedores como cabeça de Medusa, fisionomia suprema e última da barbárie recorrente dos poderosos. Mas ela temo grande defeito de não ressaltara inovação do fascismo -principalmente em sua variante hitlerista _ em relação as formas antigas de dominação: o que a Escola de Frankfurt denominará "a administração total", e Hannah Arendt o totalitarismo. É preciso dizer, em defesa de Benjamin, que as manifestações mais características dessa inovação histórica –o sistema relativo aos campos de concentração, as indústrias da morte, o extermínio industrial dos judeus e dos ciganos _ somente vão se desenvolver com toda sua força aterrorizante após sua morte, ao longo dos anos 1941-1945 (LÖWY,2005,p. 84).

Löwy (2005) defende que Benjamin não desenvolveu uma ideia similar a concepção de totalitarismo porque não vivenciou essa experiência, uma vez que sua morte aconteceu antes da fase mais violenta do fascismo na Alemanha. Talvez por essa razão, escapou de suas reflexões a visão que foi desenvolvida por Hannah Arendt e outros pensadores da escola de Frankfurt acerca do fascismo, sobretudo no tocante a versão alemã.

Em outro trecho da tese VIII, Walter Benjamin Sugere que “temos de chegar a um conceito de história que corresponda a essa ideia. Só então se perfilará diante dos nossos olhos, como nossa tarefa, a necessidade de provocar o verdadeiro estado de exceção”.

Essa segunda referência ao “estado de exceção” na tese VIII contrapõe – se ao primeiro argumento, pois no primeiro caso, o estado de exceção é apresentado como uma forma de violência exercida pelos agentes do poder.

Todavia, para compreender o segundo argumento, precisa-se retomar a ideia de “*Gewalt*” como um instrumento de luta dos trabalhadores em um Estado de Direito, ou seja, a greve.

O direito a greve é um instrumento previsto no ordenamento jurídico vigente na maioria dos estados europeus e americanos. Esse instrumento surge no século XVIII, no século XIX seu uso torna-se mais comum pelos operários e no século XX a greve se tornou um direito da classe operária na maioria dos países da Europa e América.

Em um Estado Democrático, não será exagero reafirmar que a greve é tolerada quando não ultrapassa o limite permitido pelo ordenamento jurídico vigente. Mas, quando esse instrumento se torna uma greve geral, alcançando a dimensão de “greve geral revolucionária” torna-se inaceitável pelo estado, ou seja, “a greve geral revolucionária é vista como um uso inadequado do poder e direito atribuído aos trabalhadores” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 04), isso porque levaria ao fim da estrutura de Estado vigente.

Assim, a greve geral revolucionária dos trabalhadores é para Walter Benjamin uma forma de “estado de exceção”, talvez esse seja o verdadeiro “estado de exceção” que ele reivindicava na tese VIII, ou seja, uma condição que pudesse romper com o contínuo da História, possibilitando a redenção da classe oprimida.

É preciso compreender que “um estado de exceção não pode ser definido precisamente, senão em oposição total a um estado ordinário”, mas no caso da hipótese que Benjamin defende na tese VIII, o “verdadeiro estado de exceção” “é outro, nele não existiria mais nem ‘superior’ nem ‘inferior’, nem senhores nem escravos” (LÖWY, 2005, p. 85).

Não obstante, quando a ordem jurídica vigente é ameaçada de modo que possibilite a desestabilização do estado Jurídico vigente, surge à figura do tirano cuja função “é a restauração da ordem da situação de exceção: uma ditadura cuja utopia será sempre a de colocar as leis férreas da natureza no lugar do instável acontecer histórico” (BENJAMIN, 2011, p. 65).

Como já foi dito, Agamben (2014) investigou as querelas entre Carl Schmitt e Walter Benjamin na década de 1930, chegando à conclusão que a função do soberano quanto ao “estado de exceção” é um dos causadores das discórdias entre os dois pensadores: pois o primeiro defendia que era função do soberano decidir sobre o estabelecimento do “estado de exceção”; o segundo, por sua vez, compreendia que tirano deveria restaurar a antiga ordem estabelecendo a situação de exceção após uma catástrofe.

Cabe ressaltar que as nomenclaturas usadas pelos dois pensadores indicam suas posições políticas em relação ao regime que ascendiam na Alemanha da década de 1930. O termo “soberano” usado por Carl Schmitt sugere a existência de simpatia ao regime hitlerista naquela época, mas também pode ser empreendido de forma que pudesse esclarecer suas afirmações, já que o “soberano” é uma palavra usada para definir o indivíduo que detém o poder do Estado.

Por outro lado, o termo “tirano” usado por Benjamin (2011) pode indicar a oposição ao Regime, uma vez que a ideia de “tirano” que ele usou refere-se aos monarcas absolutistas do século XVII, na Europa, como afirmou Agamben (2014):

A cisão entre o poder soberano e seu exercício corresponde exatamente à cisão entre normas do direito e normas de realização do direito, a qual, no livro *Die Diktatur*, era a base da ditadura comissária. Ao contra-ataque com que Schmitt — ao responder, na obra *Politische Theologie*, à crítica benjaminiana da dialética entre poder constituinte e poder constituído — havia introduzido o conceito de decisão, Benjamin responde criticando a distinção schmittiana entre a norma e sua realização. O soberano, que, a cada vez, deveria decidir a respeito da exceção, é precisamente o lugar em que a fratura que divide o corpo do direito se torna irrecuperável: entre *Machte Vermögen*, entre o poder e seu exercício, abre-se urna distância que nenhuma decisão é capaz de preencher (AGAMBEN, 2014, pag 88).

A posição de Benjamin chama a atenção, já que a condição de exceção como “*gewalt*” seria uma resposta à insatisfação da classe oprimida, sobretudo quando esse grupo social provoca situações que interferem na hierarquia de uma sociedade, sendo assim, o estado de exceção surgiria para ser instrumento “restaurador” a ordem jurídica vigente, conservando a estrutura social, ou seja,

De um lado se encontram aqueles que pontuam o histórico com tudo aquilo que teve seu lugar garantido, já de outro lado, existe aqueles que abrem a noção de história para incluir neste espaço aquilo que poderia ter sido e não foi, pois veio a fracassar. Na tese de número VIII, Benjamin coloca a sua atenção na direção dos espoliados da história, isto é, assume o ponto de vista dos excluídos. O pensador alemão sintetiza a história dos oprimidos de forma incisiva e tensa, asseverando que a maneira de viver dos espoliados é e sempre foi habitualmente posta sob a égide da exceção. Logo, fica explícito que o fator preponderante na vida destes seres fragilizados-nus se encontra normatizado pelo estado de exceção que é algo permanentemente cristalizado pelos vencedores (DECOTHÉ, 2015, p. 05).

Nesse sentido, o tirano surge como “o salvador” da antiga ordem, evitando que uma nova ordem seja estabelecida. Para isso, precisa usar todo aparato de violência exercido através do poder com o objetivo de conservar a estrutura da sociedade.

É possível observar tais características nas ditaduras da América do Sul que, na maioria dos casos, exerceram a violência em condição de exceção à ordem jurídica vigente, pois desejavam evitar o inimigo maior: a revolução dos trabalhadores.

No entanto, a justificação para os discursos e práticas que visam à manutenção da sociedade burguesa, se deu nos argumentos historiográficos, pois desde o século XIX as práticas para escrita da história promovia o modelo de História simpático às causas das elites dominantes.

Desse modo a história tornar-se-ia a legitimadora da violência contra a classe oprimida, ou seja, da ideia de “estado de exceção” como catástrofe histórica, pois tais concepções são apropriadas, introspectivamente, através dos métodos formais de educação.

1.3. A apropriação do saber como catástrofe histórica.

Refletir sobre ensino e aprendizagem não são os objetivos principais nas reflexões presentes nesse texto. Por isso, talvez, seja simplista com o tema, uma vez que não aparecerá o estudo acerca das práticas de ensino com a dedicação que o tema merece.

Cabe ressaltar que a escola é um instrumento sociocultural cuja finalidade é introduzir os jovens no conhecimento científico e aprofundar o conhecimento deles acerca da cultura que pertencem, portanto, é responsável pelo processo de aquisição do conhecimento histórico desses indivíduos. Assim sendo, é na escola que indivíduos começam a romper com o senso comum e também desenvolvem as habilidades críticas que são necessárias à construção da consciência histórica.

Por isso, discutir sobre a relação entre a razão apodítica e a aquisição do saber histórico através de processos de aprendizagem, sabendo que, a razão apodítica, outrora fundamentou os modelos historiográficos, assim como os métodos de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, a palavra razão, etimologicamente, tem sua origem no grego “logos” e do latim “ratio” (SIGNIFICADOS, 2018): refere-se à faculdade de raciocinar, apreender, compreender, ponderar ou julgar os saberes e as práticas cotidianas (FERREIRA, 2004, p. 620).

Numa perspectiva semântica, a razão apresenta-se como: a capacidade do ser humano adquirir e julgar conhecimentos e práticas; a causa ou motivo para uma ação; o impulso para o descontrole emocional; a certeza que alguém mantém a lucidez (SIGNIFICADOS, 2018). Assim, sua compreensão depende do sentido que esse termo adquiriu ao ser proferido em um enunciado.

No entanto, os conceitos são historicamente construídos e comprometidos no seu tempo, uma vez que os sentidos de um conceito devem ser compreendidos na época que foram pronunciados, pois ao agir dessa maneira, evita o anacronismo, ou seja, julgarmos outras épocas com a percepção do nosso tempo.

Nessa perspectiva, o conceito de “razão” não escapou as ações dos homens no tempo, pois à sua polissemia se deve aos diversos sentidos que lhes foram agregados desde a antiguidade clássica e com mais veemência nesses cinco séculos após a revolução científica que iniciou no século XVI.

Nesse sentido, Aristóteles sugeriu que o homem através do raciocínio é capaz de julgar as ações que realiza. Nesse caso, a razão aparece como uma espécie de consciência moral que orienta ações humanas, distinguindo a espécie humana dos demais animais. Ele afirma, no livro I da *Metafísica*, que “todos os homens, por natureza, tendem ao saber” (ARISTÓTELES, p. 05, 2002), uma vez que “enquanto os outros animais vivem com imagens sensíveis e com recordações, e pouco participam da experiência. O gênero humano vive também da arte e de raciocínios” (Ibidem, p.05).

As ideias dos filósofos da antiga Grécia foram transmitidas e reproduzidas pela humanidade em várias épocas e locais, chegando ao século XVII com vigor necessária para incendiar os debates em torno da racionalidade científica. Nessa época, a concepção na qual a razão é um instrumento norteador das ações humanas ganhou mais notabilidade.

Como já foi discutido anteriormente, René Descartes vislumbrou desenvolver um instrumento que garantisse a “verdade” nas investigações científicas e conduzisse a razão. Talvez, tenha sido dessa maneira que “a ciência racional descartou o mundo das opiniões, das verossimilhanças de seu sistema no qual somente as proposições necessárias que se impõem a todos os seres racionais e sobre as quais há um acordo inevitável” (ROHDEN, 1998, p. 250). Ademais, foi Espinoza que colocou em prática as pretensões cartesianas uma vez que através do “more geométrico” (ROHDEN, 1998, p. 251).

Desse modo, para a validação do conhecimento produzido pelos seres humanos foram usados os métodos oriundos das ciências da natureza em detrimento às outras formas de verificação dos argumentos.

Provavelmente, foi dessa forma que a demonstração se tornou o elemento primordial para a transmissão do saber, isto é, o conhecimento tornou-se expositivo/demonstrativo, pois não havia espaço para os questionamentos, pois “O modelo de racionalidade que preside a ciência moderna constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes, basicamente no domínio das ciências naturais (SANTOS, 2003).

Nesse sentido, Iohannes Amos Comenius apresentou a *Didática Magna* quase na mesma época que a obra Descartes, isto é, no século XVII, tornando-se conhecido como “pai” da *Didática Moderna*. Além disso, não será exagero nosso

destacarmos a existência da relação de amizade entre Comenius e Descartes, na época que esse escreveu a Didática Magna.

No método Comeniano, porém, “a demonstração” era uma das estratégias mais importantes para assegurar a “aprendizagem sólida”. Provavelmente, ele teve contanto com os debates acerca dos métodos científicos, atribuindo significativa importância à “demonstração” como instrumento didático (COMENIUS, 2001).

Comenius (2001) objetivava que:

os alunos sejam ensinados a conhecer, de modo distinto e expedito, a origem de todas as palavras e a razão de todas as frases (ou construções) e os fundamentos de todas as regras nas artes e nas ciências (efetivamente, os teoremas das ciências devem apoiar-se, não em raciocínios e hipóteses, mas na demonstração primeira que é inerente às próprias coisas). Além de um dulcíssimo prazer, este exercício tem também uma notável utilidade, pois prepara o caminho para uma solidíssima instrução, uma vez que assim se abrem os olhos aos alunos, tornando-os desejosos de, por si, passarem do conhecimento de umas coisas para o de outras, e assim sucessivamente. (COMENIUS, 2001, p. 76)

Nas ideias de Comenius (2001) a razão aparece como motivação para ensino, mas o método que ele propõe para o ensino e aprendizagem é o modelo oriundo nas ciências da natureza, isto é, a razão apodítica.

Desse modo, a demonstração tornou-se o meio para transmissão do saber histórico através das práticas de ensino, uma vez que os métodos para aprendizagem adotaram esse modelo de ensino e aprendizagem.

Cabe esclarecer que Comenius (2001) tinha como objetivo desenvolver um método,

Onde os fundamentos de todas as coisas que se aconselham são tirados da própria natureza das coisas; a sua verdade é demonstrada com exemplos paralelos das artes mecânicas; o curso dos estudos é distribuído por anos, meses, dias e horas; e, enfim, é indicado um caminho fácil e seguro de pôr estas coisas em prática com bom resultado. A proa e a popa da nossa Didática será investigar e descobrir o método segundo o qual os professores ensinem menos e os estudantes aprendam mais; nas escolas, haja menos barulho, menos enfado, menos trabalho inútil, e, ao contrário, haja mais recolhimento, mais atrativo e mais sólido progresso; na Cristandade, haja menos trevas, menos confusão, menos dissídios, e mais luz, mais ordem, mais paz e mais tranqüilidade (COMENIUS, 2001, p. 03).

O modelo de Comenius, porém, contribuiu para a redução da experiência no processo aquisição do conhecimento histórico, pois nesse método os indivíduos são passivos e recebem os conhecimentos da maneira como são transmitidos pelos professores.

Por outro lado, quando a demonstração é usada como instrumento único para a aquisição do conhecimento Histórico, os indivíduos desprendem-se dos sentimentos e emoções que são a força motriz para aquisição da consciência histórica, desconstruindo as memórias que estimulam o sentimento de pertencimento entre os indivíduos e os processos históricos que correspondem ao seu grupo social.

Desse modo, se atrelar o modelo de ensino proposto por Comenius (2012), a historiografia elaborada pelos pensadores historicistas, estimular-se o silenciamento e a extinção das experiências da classe oprimida, ou seja, uma catástrofe que culminou na manutenção das condições de opressão da classe oprimida.

Para Agambem (2005) não é necessário uma catástrofe para a destruição, basta apenas o cotidiano:

nós hoje sabemos que, para destruição da experiência, uma catástrofe não é de modo algum necessária, e que a pacífica existência cotidiana em uma grande cidade é, para esse fim, perfeitamente suficiente. Pois o dia-a-dia do homem contemporâneo não contém quase nada que ainda seja traduzido em experiência (AGAMBEM, 2005, p. 21).

Na tentativa de justificar esses argumentos, será citado um pequeno trecho de um dos relatos descritos pela pesquisadora Maria Elizete Guimarães Carvalho sobre a experiência de Paulo Freire em Angicos - RN, no ano de 1963, que foi publicada no artigo “Quando a leitura do mundo precede a leitura da palavra: Angicos, 1963 – os testemunhos da memória” e diz: “O mais importante [é que] todo mundo se alfabetizou, porque quem não leu, não escreveu, mas aprendeu. Aprendeu sobre cidadania, aprendeu a ser um cidadão” (CARVALHO, 2012, p. 151).

Se pensar sob a perspectiva do pensador, esse relato ajuda a compreender a função primordial da experiência na construção da autonomia e consciência histórica, pois são mecanismos que permitirão a atuação dos indivíduos no mundo, ou seja, não é apenas fornecer conhecimento histórico, mas contribuir para que o indivíduo seja um instrumento político para libertação da classe oprimida.

Para isso, porém, é preciso romper com as práticas historiográficas tradicionais. É claro que essa ruptura não acontecerá de maneira rápida, uma vez que a atuação crítica ainda não é um elemento abrangente às práticas historiográficas, pois persiste o modelo historicista nos métodos daqueles que elaboram o conhecimento histórico.

Há de se dizer, também, que a formação de professores historiadores cientes de seu papel nos processos de ensino/aprendizagem será um instrumento fundamental para a transformação das práticas de aquisição do conhecimento histórico, pois mesmo as aulas inspirada pelo modelo apodítico, se existir abertura ao diálogo, funcionarão como instrumento para a aquisição da aprendizagem significativa e construção da autonomia e consciência histórica.

A experiência que Paulo Freire realizou em Angicos - RN demonstrou ser possível a formação de cidadãos conscientes, através de práticas educativas pautadas nas experiências dos indivíduos.

Todavia, para que isso aconteça, é preciso à formação de pensadores abertos ao diálogo e críticos quanto as suas práticas historiográficas, e no caso da escola, preocupados com suas práticas de ensino, assim como, que não estejam inconscientemente vinculados aos mecanismos de reprodução da estrutura vigente na sociedade capitalista.

Contudo, o fracasso das pretensões de “progresso” para a humanidade, difundidas desde o iluminismo, colocou na pauta das discussões a razão apodítica e os métodos pedagógicos inspirados nesse modelo de racionalidade.

Por esse motivo, a razão apodítica passou a ser criticada quando era utilizada para construir argumentos que se referissem as ações dos homens, especialmente após a virada linguística. Walter Benjamin (2011) foi crítico assíduo dos usos da razão apodítica no conhecimento histórico e na filosofia, afirmou, referindo-se a didática do conhecimento filosófico:

A doutrina filosófica funda-se na codificação histórica. Ela não pode ser invocada *more geometrico*. Quanto mais claramente a matemática demonstra que a eliminação total do problema da representação reivindicada por qualquer sistema didático eficaz é o sinal do conhecimento genuíno, mais decisivamente ela renuncia àquela esfera da verdade visada pela linguagem. A dimensão metodológica dos projetos filosóficos não se incorpora à sua estrutura didática. Isto significa, apenas, que um esoterismo é inerente a tais projetos, que eles não podem descartar, que estão proibidos de negar e do qual não podem vangloriar-se sem riscos (BENJAMIM, 2011, p. 15).

A partir das reflexões de Walter Benjamin (2012) percebe-se que o modelo de racionalidade apodítico quando é usado como instrumento da consecução do conhecimento histórico inviabilizava a construção da consciência histórica pela classe oprimida, porque se tornou um mecanismo para a tessitura da História numa

perspectiva da classe dominante, por isso ele acusou os pensadores filiados a corrente metodológica historicista de empatia às elites dominantes (BENJAMIN, 2012).

As reflexões de Benjamin indicam que o uso da razão apodítica nos processos de aquisição do conhecimento histórico conduz a classe oprimida a uma apatia com a ordem social, é possível que as práticas educativas oriundas dessa forma de racionalidade dificultem a construção da consciência histórica, conseqüentemente, consciência de classe. Já que só é possível a percepção da condição de classe se o indivíduo compreender sua condição histórica, sendo esses elementos necessários para o protagonismo da classe oprimida.

Sobre isso, Benjamin (2016) explica que,

um saber sem acesso à praxis e que nada podia ensinar ao proletariado sobre a sua situação de classe era inofensivo para os seus opressores. Isso se aplica especialmente ao saber das “ciências do espírito”. Era um saber muito afastado da economia, e mantinha-se invulnerável às suas transformações. Os agentes desse saber limitavam-se a “estimular” através do seu uso, a “oferecer alternativas”, a “interessar” (BENJAMIN, 2016, p. 133).

Há de se dizer que existe uma relação intrínseca entre saber e experiência, uma vez que, a prática conduz a experiência. Nesse caso, o saber demonstrativo impossibilita percepção do mundo e, no caso da classe oprimida, esse processo desvincula-os dos ambientes que permitem a aquisição e produção do saber, impedindo a formação de pessoas conscientes de seu protagonismo histórico, pois o conhecimento que lhes é transmitido não tem relação com a realidade social que está inserida, assim, ampliam-se o desinteresse para com os ambientes formais de aprendizagem.

Ademais, os argumentos de Prestes (1996) sugerem que a razão apodítica, unicamente, não é o instrumento que solucione a multiplicidade de problemáticas que envolvem questão do ensino na atualidade. Assim como, a razão apodítica, por si só, não solucionará os problemas que envolvem a humanidade, como pretendiam os pensadores do século XVIII:

A razão não é mais aquela anunciada no século XVIII, desconhecadora de seus próprios limites, que se formulou pretensiosamente e que julgou produzir *toda a verdade*. As múltiplas dimensões da razão reveladas no processo histórico trazem para a educação novos questionamentos” (PRESTES, 1996, p. 11).

Por isso, ela sugere que a “chamada crise da educação está diretamente vinculada à crise da modernidade e a escola, enquanto um fragmento dessa racionalidade, traz em si sua marca e suas fissuras” (PRESTES, 1996, p. 11), isto é, a racionalidade da educação, inspirada por esse modelo de razão científica da modernidade, perdeu-se de sua função principal na atualidade, ou seja, formação humana em suas dimensões: logos, phatos e ethos. E, ainda mais grave, impossibilita a formação da consciência histórica empática às questões que envolvem a classe oprimida.

Benjamim propôs que uma das alternativas para a superação da racionalidade apodítica, sobretudo nas ciências humanas, é o “espírito da linguagem”, pois ele “penetra tão fundo na trama da nossa existência que nos torna para sempre mais ricos ou mais pobres em quadros, imagens, descobertas” (BENJAMIN, 2012, p. 67).

E, Paulo Freire enxergou na linguagem um caminho para superação dos métodos tradicionais nas práticas educativas. Segundo ele, “a invenção da existência envolve, repita-se, necessariamente, a linguagem, a cultura, a comunicação em níveis mais profundos e complexos do que o que ocorria e ocorre no domínio da vida, a ‘espiritualização’ do mundo, a possibilidade de embelezar como enfeitar o mundo e tudo isso inscreveria mulheres e homens como seres éticos” (FREIRE, 1996, p. 30).

Ele insiste ainda que, “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História” (FREIRE, 1996, p. 86). Nesse caso, a dialética, para ele, apresenta-se como instrumento alternativo a demonstração que, ainda persiste como método principal nas práticas de ensino inspiradas pelo método apodítico.

Há muito tempo David Hume já havia afirmado que “a razão é, e só pode ser, escrava das paixões; só pode pretender ao papel de as servir e obedecer a elas”, ou seja, somente através das emoções desenvolveremos as necessidades que motivarão a nossa atuação no mundo (HUME apud MARTINS, 2004, p. 75).

Nesse sentido, a perspectiva de David Hume torna-se primordial ao processo educativo, à medida que as emoções são a “força motriz” que orienta o ser humano

para a aquisição do saber, sobretudo, somente se compreender que o amor pelo conhecimento nos impulsiona à apropriação do saber.

Por isso, o pensador Herman Horse que o professor Carlos Rodrigues Brandão usou para falar sobre o que é educação, diz “é o processo externo de adaptação superior do ser humano, física e mentalmente desenvolvido, livre e consciente, a Deus, tal como se manifesta no meio intelectual, emocional e evolutivo do homem”. (HORSE apud BRANDÃO, 2013, p. 28), ou seja, não há como desvincular razão - com toda sua polissemia - e emoção, através de um método demonstrativo, se pretende estimular a construção da consciência histórica e a redenção dos oprimidos.

A reprodutibilidade técnica, no modelo de história aos moldes da cultura historicista, possibilitou a promoção de uma consciência histórica caracterizada pela inexistência das experiências relacionadas aos processos históricos, isso impede que as camadas populares possam criar sentimentos de pertencimento vinculados aos fatos históricos, uma vez que a popularização do conhecimento histórico se deu na perspectiva da elite.

Tais fatores dificultam a construção de emoções e sentimentos vinculados aos fatos históricos, sobretudo, quando os fatos estão relacionados à história da classe oprimida. Sendo Walter Benjamin um filósofo melancólico como sugere Konder (1999), não seria possível analisar as “teses sobre o conceito de história” sem ao menos tentar compreender o papel das emoções em sua obra.

Capítulo III

1.0. História entre técnicas e emoções.

A Revolução Industrial estimulou o processo de popularização do saber histórico, uma vez que houve a transformação dos modos de produção dos livros e mídias que possibilitam a divulgação do conhecimento histórico produzido nos meios acadêmicos.

Além disso, a invenção do cinema ampliou as possibilidades do acesso ao conhecimento histórico, pois a produção cinematográfica do gênero histórico possibilitou que cada vez mais pessoas tivessem acesso ao conhecimento que antes era restrito aos eruditos.

Contudo, é preciso salientar que o conhecimento histórico popularizado com as novas tecnologias que surgiram após a revolução industrial foi produzido através das técnicas pertencentes à cultura historiográfica historicista. Sendo assim, em poucos casos, os eventos históricos da classe oprimida foram retratadas nessas produções cinematográficas.

Além disso, a reprodutibilidade técnica do conhecimento histórico dificulta a criação do sentimento de pertencimento que possibilita a apropriação da consciência histórica, uma vez que não há como as classes oprimidas se identificarem com o conhecimento histórico produzido. Sendo assim não há como desenvolver emoções e sentimentos que possibilitem uma práxis revolucionária.

Há de se dizer que para Walter Benjamin as emoções e sentimentos são instrumentos necessários para uma práxis revolucionária, assim como, foram instrumentos motivadores para a consecução de sua obra.

1.1 História e reprodutibilidade técnica.

A reprodutibilidade técnica é um dos temas que mais preocupou Walter Benjamin, sobretudo, a relação entre o desenvolvimento dos meios técnicos e os mecanismos para a dominação da classe oprimida. Sobre isso Benjamin, na tese XI, do texto sobre o conceito de história, ele teceu a seguinte crítica:

Nada corrompeu mais as classes trabalhadoras alemãs do que a ideia de que elas estavam integradas na corrente dominante. O desenvolvimento técnico foi visto por elas como o declive da corrente que julgavam acompanhar. Daqui até a ilusão de que o trabalho na fábrica, visto como fazendo parte desse progresso técnico, representava uma conquista política, foi apenas um passo (BENJAMIN, 2016, p. 15).

Nessa parte do texto ele criticou a social democracia, mais precisamente, a maneira como políticos ligados a essa corrente contribuíram para o crescimento do fascismo, uma vez que estimularam o “conformismo” na classe trabalhadora. No entanto, de que modo a tecnologia afeta a redenção dos oprimidos e a formação da consciência histórica dos trabalhadores?

No Dicionário Online Preberam (2003-2008), o termo “tecnologia” é definido como: “ciência cujo objeto é a aplicação do conhecimento técnico e científico para fins industriais e comerciais” e “conjunto dos termos técnicos de uma arte ou de uma ciência”. Nicola Abbagnano (1998), no dicionário filosófico, explica que tecnologia é o “estudo dos processos técnicos de determinado ramo da produção industrial ou de vários ramos” (1998, p. 942).

Além disso, para Abbagnano (1998), técnica: “é o que diz respeito ao comportamento do homem em relação à natureza e visa à produção de bens” (ABBAGNAMO, 1998, p. 940). Segundo ele, a técnica, “sempre acompanhou a vida do homem sobre a terra” (Ibidem, p.940). Sendo assim, “a sobrevivência e o bem-estar de grupos humanos cada vez maiores são condicionados pelo desenvolvimento dos meios técnicos”. (KENSKY, 2007, p. 14)

Segundo Abbagnano (1998), prático é “em geral, o que é ação ou diz respeito à ação”, assim, “Há três significados”, o primeiro diz respeito ao “que dirige a ação”; o segundo trata-se do “que pode traduzir-se em ação”, já o terceiro, diz respeito ao “que é racional na ação” (ABBAGNAMO, 1998. p. 785).

Nesse sentido, seja para fins industriais, seja para a proliferação do conhecimento, as práticas são facilitadas pelas tecnologias e são essenciais à sobrevivência dos seres humanos. Mas “foi à engenhosidade humana, em todos os tempos que deu origem às mais diferenciadas tecnologias”, pois “o uso do raciocínio tem garantido ao homem o processo crescente de inovações” (KENSKY, 2007, p. 15).

A ciência contribui para agregar sentido ao uso dos artefatos tecnológicos, pois mesmo sendo utilizada popularmente é através do conhecimento científico que

são desenvolvidas representações que transformam as tecnologias em um meio para facilitar a vida dos homens, uma vez que um “conjunto de conhecimento e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade, chama-se ‘tecnologia’” (KENSKY, 2007, p. 24).

Nesse sentido, as tecnologias estão atreladas aos procedimentos práticos, mas as ciências realizam um conjunto de experimentações, processos metodológicos e epistemológicos que possibilitam o desenvolvimento de novas tecnologias, embora, no passado longínquo, anterior ao avanço das ciências, já havia sido inventadas tecnologias pelos homens, mas é necessário compreender que essas descobertas não surgiriam sem a evolução do sistema cognitivo dos seres humanos.

Nessa condição constante produção de inovações tecnológicas, o homem idealizou novas técnicas criando mecanismos que facilitaram a vida, de tal maneira que aos poucos as atividades exercidas pelo aparelho psicomotor estão sendo substituídas por ferramentas tecnológicas.

Habermas (1998) argumenta no texto “Técnica e ciência como ideologia” que:

Primeiro, reforçaram-se e substituíram-se as Funções do aparelho locomotor (mãos e pernas); Em seguida, a produção de energia (corpo humano), depois, as funções do aparelho dos sentidos (olhos, ouvidos, pele) e, por fim, as funções do centro de controle (cérebro). (1968, p. 52)

Essa perspectiva de Habermas (1998) explica como a tecnologia substituiu funções que antes pertencia ao corpo humano, destaquem-se as funções cognitivas, porque aos poucos estão sendo afetadas pelas inovações tecnológicas.

A substituição das funções do corpo humano por técnicas presente nas inovações tecnológicas tem acontecido tão rápido que as crianças nas mais tenras idades sabem usar aparelhos tecnológicos, mesmo sem que sejam ensinadas. As expressões linguísticas usadas pelos jovens perdem o sentido cada vez mais rápido, uma vez que há uma constante inovação causada pelo uso das tecnologias na vida dos jovens que, visando se adaptarem readéquam a linguagem para atender suas necessidades.

Dessa maneira, Nas últimas décadas, a evolução tecnológica desafiou os limites da imaginação, possibilitando o surgimento de práticas que, antes eram

possíveis apenas nas obras de ficção científica. As novas técnicas modificaram os hábitos dos indivíduos, tornando-se quase impossível pensar a vida sem tecnologia.

Todavia, no cotidiano tratam-se as tecnologias como elemento contemporâneo, ao contrário dessa perspectiva presente no senso comum, as tecnologias acompanharam a evolução da humanidade e são exemplos da produção racional do conhecimento realizado pelos seres humanos.

Dessa forma, não é possível classificar o surgimento das técnicas temporalmente, portanto, não se tem como definir quais desses elementos o homem dominou primeiro: a invenção de artefatos tecnológicos ou a comunicação. Assim, nossas hipóteses são baseadas nos vestígios arqueológicos. Mas, podemos afirmar com segurança que “as tecnologias são tão antigas quanto à espécie humana” (KENSKY, 2007, p. 15).

A invenção de artefatos e técnicas possibilitou o desenvolvimento de práticas complexas que garantiram a sobrevivência da espécie humana e liderança na cadeia alimentar, já que os outros animais não possuíam as mesmas habilidades. Conforme sugere Kensky (2007):

Desde o início dos tempos, o domínio de determinados tipos de tecnologias, assim como o domínio de certas informações, distinguem os seres humanos. Tecnologia é poder. Na idade da pedra, os homens – que eram frágeis fisicamente diante dos outros animais e das manifestações da natureza – conseguiram garantir a sobrevivência da espécie e sua supremacia, pela engenhosidade e astúcia com que dominavam o uso de elementos da natureza. A água, o fogo, um pedaço de pau ou o osso de um animal eram utilizados para matar, dominar ou afugentar os animais e outros homens que não tinha os mesmos conhecimentos e habilidades. (KENSKY, 2007, p. 15).

Apesar da redundância, é necessário, reafirmar que não se deve considerar “tecnologia” apenas os artefatos, uma vez que existem técnicas desenvolvidas pela humanidade que são importantes para a sobrevivência e domínio da nossa espécie no planeta: a linguagem, por exemplo.

Há de se dizer que, o desenvolvimento da linguagem foi primordial na difusão do conhecimento produzido pela humanidade, assim como nas estratégias e táticas que possibilitaram a evolução dos seres humanos.

Para kensky (2001), linguagem,

É um tipo específico de tecnologia que não necessariamente se apresenta através de máquinas e equipamentos. A linguagem é uma construção criada pela inteligência humana para possibilitar a comunicação entre os membros de determinado grupo social. Estruturada pelo uso, por inúmeras

gerações, e transformada pelas múltiplas interações entre grupos diferentes, a linguagem deu origem aos diferentes idiomas existentes e que são característicos da identidade de um determinado povo, de uma cultura. (KENSKY, 2007, p.23).

O uso da linguagem modificou as relações humanas, possibilitando a construção de temporalidades históricas diferenciadas da perspectiva dos demais seres vivos. Segundo Pierre Levy (1998): “se a humanidade construiu outros tempos, mais rápidos, mais violentos que os das plantas e animais, é por que dispõe deste extraordinário instrumento de memória e de propagação das rerepresentações que é a linguagem” (LEVY, 1998, p.77).

Enquanto técnica e prática na fomentação do conhecimento e produção tecnológica, a linguagem favoreceu a memória e estimulou a difusão de novos saberes, facilitando a criação de novos artefatos tecnológicos.

Dessa forma, a humanidade,

Cristalizou uma infinidade de informações nas coisas e em suas relações, de forma que pedras, madeira, terra, construtos de fibras ou ossos, metais, retém informações em nome dos humanos. Ao conservar e reproduzir os artefatos materiais com os quais vivemos, conservamos ao mesmo tempo os agentes sociais e as representações ligadas as suas formas e seus usos. (LEVY, 1998, p.77).

Além disso, a dependência tecnológica impôs condições às sociedades, tornando-se possível observá-las pelo uso de técnicas. Contudo, não se pretende reproduzir ideias eugênicas, pelo contrário, reconhecer a diversidade cultural que caracteriza os grupos sociais. Mas sabe-se que, as sociedades também são classificadas pelas técnicas e práticas que desenvolvem.

Para Pierre Levy, as sociedades antigas são diferenciadas pelo domínio da escrita ou uso da oralidade, “a oralidade primária remete ao papel da palavra antes que uma sociedade tenha adotado a escrita. Por sua vez, a oralidade secundária está relacionada ao estatuto da palavra que é complementar ao da escrita, tal como conhecemos hoje” (LEVY, 1998, p. 78).

Se a linguagem promoveu a difusão do conhecimento, a escrita, por sua vez, possibilitou uma ruptura nas mesmas dimensões que a revolução do neolítico, especialmente, no que tange o registro das práticas, técnicas e difusão do conhecimento. Porque a escrita possibilitou a transformação das práticas de armazenagem da informação e do conhecimento, permitindo aos indivíduos

representarem através de símbolos as descobertas tecnológicas, o conhecimento adquirido e os fatos históricos.

Desse modo, foi possível criar novas relações temporais de longo prazo com saber produzido, pois, desse modo, uma sociedade transmitia os conhecimentos produzidos às gerações futuras. Uma vez que parte dos conhecimentos e técnicas inventados nas sociedades antigas chegou à contemporaneidade e foram apropriadas pelas sociedades hodiernas.

Os conhecimentos e técnicas ora foram utilizados na forma como surgiram, ora reinventados, ganhando novas significações, ou seja, foram aperfeiçoados aos modelos tecnológicos atuais. Há de se dizer que a linguagem faz parte do grupo de tecnologias cujo uso é constantemente reinventado, devido às adaptações para atender as necessidades do cotidiano das pessoas.

Mas, não devemos considerar a linguagem do modo simplista, pois o “espírito da linguagem penetra tão fundo na trama da nossa existência que nos torna para sempre mais ricos ou mais pobres em quadros, imagens, descobertas” (BENJAMIN, 2016, p. 67), ou seja, a linguagem permite a apropriação do mundo e interação com ele.

Na condição de técnica a serviço do saber, a linguagem e escrita foram criadas, recriadas ou adaptadas às sociedades com características culturais diferentes, assim, em algumas sociedades predominava a agricultura, em outras, a cerâmica ou tecnologias com metais. No entanto, todas essas sociedades deixaram experiências cotidianas para as gerações futuras.

A evolução das técnicas na produção de artefatos tecnológicos modificou a relação do homem com o registro das informações em linguagem representada na forma escrita. Inicialmente, transcritas em materiais mais rústicos, como paredes ou artefatos produzidos de argila.

Os sumérios, por exemplo, utilizavam para escrita, tijolos de argila. As técnicas aos poucos foram evoluindo, e as palavras, ou melhor, o registro da informação e do saber ganharam mais importância nas sociedades antigas.

Dessa forma, no Egito antigo, surge o papiro, tornando-se o ancestral do livro. À medida que o tempo passava, a necessidade de garantir a durabilidade e a praticidade no registro de informações aumentava. Por isso, os gregos, criaram pergaminho, rolo que utilizavam pele de animais para registro da informação. O pergaminho foi uma tecnologia muito usada no Império Romano.

Segundo Chartier (1988):

A leitura antiga é leitura de uma forma de livro que não tem nada de semelhante com o livro tal como o conhecemos, tal como o conhecia Gutenberg e tal como o conheciam os homens da Idade Média. Este livro é um rolo, uma longa faixa de papiro ou de pergaminho que o leitor deve segurar com as duas mãos para poder desenrolá-la. Ele faz aparecer trechos distribuídos em colunas. Assim, um autor não pode escrever ao mesmo tempo que lê. Ou bem ele lê, e suas duas mãos são mobilizadas para segurar o rolo, e neste caso, ele só pode ditar a um escriba suas reflexões, notas, ou aquilo que lhe inspira a leitura. Ou bem ele escreve durante sua leitura, mas então ele necessariamente fechou o rolo e não lê mais. Imaginar Platão, Aristóteles ou Tito Lívio como autores supõe imaginá-los como leitores de rolos que impõem suas próprias limitações. (CHARTIER, 1988, p. 24)

No entanto, a produção de técnicas a serviço do saber impõe a criação de novas práticas à medida que aumentou a quantidade de informação, era também necessário modificar as ferramentas de armazenagem e os meios de difusão, pois era preciso facilitar as formas de produção dos artefatos para registro das informações e do saber. Para isso, os chineses criaram, por volta do século II, o papel, que foi difundido pelos árabes, inclusive, fábricas foram criadas para produção de papel, naquela época.

O papel possibilitou novas formas de reunir as informações produzidas, assim, novas técnicas de produção de livros surgiram. O papel tornou-se um artefato tecnológico popular para o registro e difusão do saber.

Devido às relações de permanências existentes na cultura que, a origem etimológica da palavra papel, é justamente em seu ancestral, o papiro. Cabe enfatizar que a utilização do papel iniciou outra revolução na difusão, intermediação e registro do conhecimento, porque após a criação da máquina de imprensa de Johannes Gutenberg novas maneiras de lidar com o conhecimento foram iniciadas.

Economicamente, houve o barateamento da produção de livros. Assim como, a velocidade na produção do material impresso permitiu a disseminação rápida dos conhecimentos produzidos. Sobre isso Chartier (1988) sugere que,

Em meados da década de 1450, só era possível reproduzir um texto copiando-o a mão, e de repente uma nova técnica, baseada nos tipos móveis e na prensa, transfigurou a relação com a cultura escrita. O custo do livro diminuiu, através da distribuição das despesas pela totalidade da tiragem, muito modesta aliás entre mil e mil e quinhentos exemplares. Analogamente, o tempo de reprodução do texto é reduzido graças ao trabalho da oficina tipográfica. (CHARTIER, 1988, p. 07).

Após o século XVIII com a Revolução Industrial as maneiras de aquisição do conhecimento foram transformadas, assim, houve o aumento na produtividade e quantidade de livros, pois novas tecnologias ampliaram a proliferação da informação e do conhecimento, facilitando a circulação dos jornais, revistas e periódicos.

No século XIX, os novos meios de transportes encurtaram a distância existente entre os grandes centros acadêmicos e as regiões mais distantes do planeta, permitindo que mais pessoas tivessem acesso ao conhecimento científico.

Após a Revolução Industrial, no século XIX, as inovações tecnológicas estimularam o surgimento de novas redes sociais mediadas pelos instrumentos técnicos, ampliando-se com a evolução das tecnologias da informação e comunicação, sobretudo, no século XX, quando surgiu o telefone, o rádio, a televisão e a computação.

Pierre Levy (1998) sugere que:

Novas maneiras de pensar e conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática. As relações entre os homens, o trabalho, própria inteligência dependem, na verdade, da metamorfose incessante de dispositivos informacionais de todos os tipos. Escrita, leitura, visão, audição, criação, aprendizagem são capturados por uma informática cada vez mais avançada. (LEVY, 1998, p. 07)

É importante considerar que as tecnologias favoreceram a disseminação do conhecimento e estimularam o surgimento de diversas ferramentas e técnicas para a apropriação do saber. Entretanto, os modelos das redes de sociabilidades mediados por dispositivos tecnológicos estão provocando uma revolução nas formas de produção e aquisição do conhecimento e exigindo a reestruturação dos mecanismos tradicionais de obtenção do saber.

Não será exagero afirmar que quase todas as barreiras para obtenção do saber e da informação estão sendo eliminadas devido ao surgimento da informática, criando uma realidade virtualizada que nas palavras de Levy (1998) pode ser definido com os seguintes argumentos:

Eu defino o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônico (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. (LEVY, 1999, p. 92).

As tecnologias da informação e comunicação estão provocando a criação de um novo modelo de interação cultural, diferente dos modelos tradicionais, esses mecanismos de relação entre homem e cultura são mediados por tecnologias computacionais. O ciberespaço, como é conhecido, tem estimulado o surgimento do fenômeno conhecido por cibercultura, isto é, um espaço cultural virtualizado.

Desse modo, percebe-se que as tecnologias estão contribuindo para a disseminação do saber, talvez, esse fenômeno trouxesse vantagens em relação ao modo tradicional como os homens adquiriam conhecimento, uma vez que não há uma relação entre seres humanos, mas, entre humanos e o meio técnico. Sendo assim, Como o progresso técnico contribuiu para o fim da experiência histórica na perspectiva de Walter Benjamin?

Algumas considerações são importantes no processo de compreensão das críticas de Walter Benjamin ao progresso técnico, realizadas no texto que tematiza essa dissertação.

No primeiro momento será preciso considerar que as revoluções promovidas na modernidade tinham como objetivo atender os interesses da burguesia. Nesse contexto é preciso incluir, também, a Revolução Industrial, cujo progresso das técnicas foi financiado pela burguesia.

Walter Benjamin nasceu na última década do século XIX e viveu até a última década da primeira metade do século XX, ou seja, período marcado pelo processo industrialização na Europa. Por isso, não podemos afirmar se ele imaginava a dimensão que o progresso técnico alcançaria após a segunda metade do século XX.

Contudo, sabe-se que ele identificava no progresso técnico um empecilho à redenção da classe oprimida. Talvez por essa razão que na tese XI, ao criticar os sociais democratas direcionou seus argumentos ao uso da técnica para o domínio ideológico da classe trabalhadora.

Para Benjamin (2016):

O conformismo que desde sempre foi apanágio da social democracia prende-se não apenas com a sua tática política, mas também com as suas ideias econômicas. E está na origem da sua derrocada recente. Nada corrompeu mais as classes trabalhadoras alemãs do que a ideia de que elas estavam integradas na corrente dominante. O desenvolvimento técnico foi visto por elas como o declive da corrente que julgavam acompanhar. Daqui até a ilusão de que o trabalho na fábrica, visto como fazendo parte desse progresso técnico (BENJAMIN, 2016, p. 15).

Nesse sentido, o uso de ferramentas tecnológicas contribuiu para a transformação dos processos cognitivos de construção da consciência histórica, pois atividades, antes mecânicas, aos poucos se tornam ideológicas, criando uma relação hierárquica do sociotécnico, em detrimento ao sociocultural.

Habermas percebeu a transformação cognitiva, devido ao uso das ferramentas técnicas, que promove a transferência do processo mecânico para um processo ideológico, culminando na dominação política da classe oprimida. Segundo ele: “a dominação eterniza-se e amplia-se. Não só mediante a tecnologia, mas como tecnologia; e esta. Proporciona a grande legitimação ao poder político expansivo, que assume em si todas as esferas da cultura”. (HABERMAS, 1968, p. 49).

Ademais, a crítica benjaminiana sobre o processo político de dominação por meio da técnica, estendeu-se a vários campos de argumentação política e científico, pois o pensador já havia percebido a aceitação passiva das tecnologias em vários campos de militância política e atuação acadêmica.

Nesse sentido, não houve muitas reflexões críticas acerca do progresso técnico na época da Revolução Industrial, não será exagerado afirmar que, exceto por alguns Marxistas, a maioria dos campos argumentativos enxergavam no progresso técnico um meio para evolução da humanidade, de certo modo, essas ideias facilitaram os objetivos da classe dominante. Assim como sugere Benjamin (2016):

Mas é preciso não esquecer que a técnica não é uma pura manifestação das ciências da natureza, é também uma manifestação histórica. Enquanto tal, ela obriga-nos a testar a separação positivista e não dialética que se tentou instituir entre as ciências da natureza e as “ciências do espírito”. As questões que a humanidade coloca à natureza são codeterminadas pelo estágio da sua produção. É esse o ponto em que o positivismo fracassa, porque, na evolução da técnica, só foi capaz de reconhecer os progressos da técnica, não os retrocessos da sociedade. Mas não se apercebeu de que essa evolução foi decisivamente determinada pelo capitalismo. E também aos positivistas entre os teóricos social-democratas escapou o fato de que tal evolução tornou cada vez mais precário o ato, que se revelava cada vez mais urgente, de uma futura tomada de posse dessa técnica pelo proletariado. E ignoraram o lado destrutivo desses desenvolvimentos porque se tinham alheado do lado destrutivo da dialética. Era preciso um prognóstico que não foi feito, e isso marcou um processo que haveria de se revelar como um dos mais característicos do século passado: a desastrosa recepção da técnica (BENJAMIN, 2016, p. 135).

As críticas de Walter Benjamin estão relacionadas ao uso das tecnologias a serviço da classe dominante, uma vez que se configurou um instrumento para a

opressão da classe oprimida, por isso ele denunciou o modo como os fascistas usaram a tecnologia na guerra, durante a primeira metade do século XX.

Para Benjamin (2016):

Uma coisa é clara: a cotação da experiência baixou, e isso aconteceu com uma geração que fez, em 1914-1918, uma das experiências mais monstruosas da história universal. Talvez isso não seja tão estranho como parece. Não se tinha, naquela época, a experiência de que os homens voltavam mudos do campo de batalha? Não voltavam mais ricos, mas mais pobres de experiências partilháveis. Aquilo que, dez anos mais tarde, fomos encontrar na grande vaga dos livros de guerra, era tudo menos experiência contada e ouvida. Não, o fenômeno não é assim tão estranho, porque nunca a experiência foi mais desmentida: a da estratégia pela guerra de trincheiras, as econômicas pela inflação, as do corpo pela fome, as morais pelos detentores do poder. Uma geração que ainda foi à escola nos carros puxados a cavalos, viu-se de repente num descampado, numa paisagem em que nada se manteve inalterado a não ser as nuvens, e no meio dela, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, o corpo humano, minúsculo e frágil (BENJAMIN, 2016, p. 47).

Por isso, precisa-se compreender as transformações que a reprodutibilidade técnica causou nas culturas historiográfica e histórica, somente assim poderemos desenvolver argumentos que possam aproximar-se das críticas de Benjamin nas teses, sobretudo na XI, Já que para cada técnica inventada surgiram novas práticas e maneiras inéditas de atuação nos espaços acadêmicos e sociocultural, isso modificou relação com o conhecimento histórico.

Nesse sentido, antes da Revolução Industrial a história era vivenciada, ou seja, existiam experiências relacionadas aos processos históricos, vivia-se a História. Entretanto, aos poucos, história tornou-se uma peça de ficção científica reproduzida por meio de instrumentos técnicos e se perdeu a experiência histórica.

Além disso, não será exagero repetir a citação que já foi transcrita em momento anterior nesse texto, pois foi no século XIX que: “a história se profissionalizou definitivamente: numerosas cadeiras na universidade, sociedades científicas, coleções de documentos, revistas. Manuais, publicação de textos históricos, um público culto comprador de livros” (REIS, 1996, p. 17), ou seja, a História científica consolidou-se e surgiu um mercado consumidor de produtos relacionados a essa ciência, isso aconteceu devido os esforços de historiadores que seguiam os métodos historicistas, tudo isso em um período marcado pelo ápice da revolução Industrial.

Não se pode esquecer que nessa época o pensamento histórico foi influenciado pelo historicismo e, também, pelos benefícios das técnicas inventadas na chamada segunda Revolução Industrial, tais fatores estimularam a empolgação daqueles que enxergavam no progresso técnico a solução para os problemas da humanidade.

Nesse período a História vislumbrava a cientificidade, por isso os historiadores da época tentavam romper com a Filosofia, aproximando-se tanto epistemologicamente, quanto metodologicamente das ciências naturais, Como já foi dito nesse texto.

Desse modo, a burguesia como classe social financiadora das revoluções científica e técnica, após o século XVI, beneficiou-se da condição de detentora das ferramentas técnicas para consolidar processos de controle das estruturas econômicas e socioculturais. No entanto, essa empreitada não seria possível sem uma aliança com a historiografia, isto é, com os pensadores responsáveis pela tessitura do saber histórico: que é um dos instrumentos para a construção da consciência e cultura histórica.

Nesse aspecto, os teóricos historicistas, sobretudo, aqueles atuantes no campo historiográfico ou influenciadores dos métodos para escrita da história, contribuíram para a afirmação da História enquanto ciência e usaram os instrumentos técnicos para difundirem esse campo científico.

Para isso, estimularam um modelo historiográfico que os processos históricos eram escritos na ótica da classe dominante entregando-se à “prostituta chamada ‘Era uma vez’” (BENJAMIN, 2016, p. 18). Esse processo contribuiu para separar a história da experiência, uma vez que o modelo de reprodutibilidade técnica do conhecimento, sob a ótica burguesa, transformou os eventos históricos em narrativas ficcionais, cujas ligações com a realidade foram reduzidas ou não existem.

Dessa maneira, os acontecimentos históricos tornar-se-iam uma narrativa épica devido à tentativa de criar uma história universal. Nesse sentido, Benjamin (2016) assevera que:

de um modo geral, a técnica reprodutiva desliga o reproduzido do campo da tradição. Ao multiplicar a reprodução, ela substitui sua existência única por uma existência massiva. E, na medida em que ela permite a reprodução ir ao encontro do expectador em sua situação particular, atualiza o reproduzido. Ambos os processos levam a um violento abalo do que é transmitido, um

abalo da tradição que é o outro lado da crise e da renovação atuais da humanidade. Ambos se põem em uma renovação íntima com os movimentos de massas dos nossos tempos. O seu agente mais poderoso é o cinema. A significação social do filme, mesmo em seu aspecto mais positivo, e justamente nele, revela-se impensável sem seu lado destrutivo e catártico: a liquidação do valor da tradição na herança cultural. Este fenômeno é especialmente acessível nos grandes filmes históricos (BENJAMIN, 2016, p. 58).

Isso aconteceu, porque o progresso técnico transformou a História em um objeto que pode ser produzido e reproduzido: sem, porém, existirem sentimentos e emoções relacionados aos processos históricos. Esse fenômeno é criticado por Benjamin, já que devido o avanço tecnológico a experiência histórica perdeu a importância que exercia no cotidiano das pessoas, uma vez que,

Esse gigantesco desenvolvimento da técnica levou a que se abatesse sobre as pessoas uma forma de pobreza totalmente nova. E o reverso dessa pobreza é a angustiante riqueza de ideias que se difundiu – melhor, se abateu – sobre as pessoas, com o regresso da astrologia e do ioga, da *Christian Science* e da quiromancia, do vegetarianismo e da gnose, da escolástica e do espiritismo. O que nisso se mostra não é, de fato, um autêntico renascimento, mas uma galvanização (BENJAMIN, 2016, p. 86).

Nesse caso, pode-se dizer que a história perdeu a “aura” que lhe envolveria, uma vez que devido a reprodutibilidade técnica a experiência desapareceu da memória das pessoas, já que não existem nos meios técnicos como relacionar os acontecimentos históricos com a vida das pessoas e de seus antepassados.

Além disso, a unicidade dos fatos históricos estava nas memórias transmitidas por quem vivenciava os acontecimentos históricos ou retransmitia esses eventos por meio de suas experiências ou de seus antepassados, mas a reprodução dos acontecimentos históricos, massificou os fatos históricos, porém, foram os fatos históricos descritos a partir da perspectiva dominante.

Como já foi dito nesse texto, o historicismo cumpriu esse papel quando desenvolveu a empatia com a burguesia e as classes dominantes em todas as épocas, daí a necessidade da história ser escovada a contrapelo (BENJAMIN, 2016).

Desse modo, prevaleceu o distanciamento para com os processos históricos, mais especificamente no que tange a classe oprimida. Esse processo estimulou a criação de um hiato entre o passado e o presente, impactando diretamente a classe subalterna, pois ela não detém o controle dos meios técnicos e científicos que

possibilitam a criação e manutenção dos espaços e instituições que “guardam” as memórias e experiências da sociedade.

Cabe salientar que a História “é objeto de uma construção cujo lugar é constituído não por um tempo vazio e homogêneo, mas por um tempo preenchido pelo Agora (*Jetztzeit*)”, sobre esse argumento de Benjamin é possível dialogar com Koselleck (2011), pois ele considera que a inserção da ideia de progresso na história fortaleceu a concepção de história universal, já que “desde então o encurtamento dos prazos permitem uma experiência homogênea, ou aceleração das mudanças, que consome as experiências, passou a fazer parte dos topoi que caracterizam a história mais recente” (Koselleck, 2011, pag. 147).

Sobre isso, Benjamin assevera que:

Na verdade, de que nos serve toda a cultura se não houver uma experiência que nos ligue a ela? A detestável mistura de estilos e de visões do mundo do século passado mostrou-nos tão claramente aonde leva o uso hipócrita e simulado da experiência, que é uma questão de honra confessar hoje a nossa pobreza. Temos de admiti-lo: essa pobreza de experiência não se manifesta apenas no plano privado, mas no de toda a humanidade (BENJAMIN, 2016, p. 87).

Ademais, a experiência, para o pensador, apresenta-se de três maneiras: experiência relacionada às tradições; experiência científica; experiência de choque. No primeiro caso, trata-se de um tipo de experiência transmissível pelos antepassados para os descendentes. A segunda ideia de experiência refere-se aos saberes racionais produzidos pelas ciências. Por sua vez, as experiências de choque são aquelas que não desejamos a repetição, estão relacionadas aos momentos de sofrimento, por exemplo, as memórias de guerra (MORAIS, 2017).

Contudo, são as experiências que constroem, adquirem e possibilitam a criação de sentimentos e emoções relacionados aos processos históricos, nesse caso, elas são ferramentas para aquisição da consciência histórica, pois são as memórias relacionadas às experiências que permitem a criação de uma “aura” entorno daqueles que lutaram antes de nós e que devem ser rememorados, para que assim possa acontecer à redenção dos oprimidos.

Segundo Benjamin a “aura” das obras de arte é,

A aparição única de uma distância, por mais próxima que esteja. Observar calmamente, em uma tarde de verão, uma paisagem montanhosa no horizonte, um ramo que joga sua sombra sobre o observador – é isso que

significa respirar a aura dessa montanha, desse ramo (BENJAMIN, 2017, p. 59).

Numa perspectiva mística, a “aura” seria um campo de energia positiva que envolve os seres vivos. Nesse sentido, ela estaria relacionada às emoções positivas que é construída para aquilo que é considerado importante. Sendo assim, é a empatia com o passado que permite a formação de uma “aura” no entorno dos nossos antepassados possibilitando criação de sentimentos e emoções que viabilizarão a redenção.

Portanto, se para obra de arte a “aura” é a unicidade ou a observação que nos faz desejá-la a uma distância que impede qualquer possibilidade de tocá-la. Para história, porém, a “aura”, talvez seja a ideia de pertencimento ligado às memórias transmitidas por nossos antepassados que possibilitam os sentimentos e emoções necessárias à redenção da classe oprimida.

1.2. Emoções e sentimentos como uma práxis revolucionária.

Por isso, investigar a obra de Walter Benjamin sem considerar as emoções que envolvem sua produção, seria análogo a “colher água com uma peneira”, uma vez que refletir sobre as palavras escritas escapariam os fenômenos emocionais que estimularam seus pensamentos.

Para isso, porém, alguns questionamentos são fundamentais: Qual a função desempenhada pelas emoções e sentimentos nas teses sobre o conceito de história? De que forma emoções e sentimentos contribuem para uma práxis das teses?

As emoções não são prioritárias nas reflexões produzidas pelos comentadores, porém este argumento só é possível se evitarmos generalizações, já que é perceptível a referencia às emoções e aos sentimentos nos textos voltados à reflexão sobre a obra de Walter Benjamin.

Provavelmente, a escolha dos comentadores, quando evitam à releitura da obra do nosso filosofo numa perspectiva que priorize emoções e sentimentos são causadas pela condição de marginalidade imposta as emoções e sentimentos no âmbito das investigações filosóficas, uma vez que algumas teorias propunham a separação entre razão e emoção, atribuindo às emoções importância inferior em

detrimento à razão, há de se dizer que “a filosofia, apesar de David Hume e da tradição que e iniciou com ele, nunca confiou na emoção, tendo relegado em grande parte ao domínio animal” (DAMÁSIO, 1999, p. 58).

Parece desnecessários afirmar que todos os textos são construídos através das escolhas e interpretações de seus autores, por isso, passível de críticas. Porém, para atingir nossos objetivos neste texto, se faz necessário reivindicar a concepção de David Hume para justificar nossos argumentos, uma vez que para ele “a razão é, e sempre deve ser escrava da emoção” (HUME apud MARTINS, 2004, p. 75). Nesse sentido, as emoções seriam os instrumentos orientadores da atuação no mundo, uma vez que os desejos estão ligados a necessidades cujas origens são as emoções.

É quase certo que sentimentos e emoções motivaram os escritos filosóficos de Walter Benjamin, direcionando suas filiações acadêmicas, mas também aparecem nas Teses Sobre o Conceito de História como condição instrumental para uma aplicação de suas ideias, isto é, as emoções são mecanismos para uma práxis revolucionária.

Por outro lado, Benjamin viveu as emoções e sentimentos intensamente por causa da sua História pessoal, uma vez que “tanto na vida amorosa como na vida profissional, Benjamin sofreu muito. Teve muito pouca sorte: nada dava certo com ele. E o nosso crítico sentia que isso não era casual; tinha consciência de que, de algum modo, contribuía para os malogros” (KONDER, 1999, p. 26).

Benjamin foi um homem cujas impressões sensíveis do mundo foram adquiridas numa época que orgulho e ódio guiavam as ações de sociedades inteiras. Sua atuação enquanto sujeito histórico forneceu-lhes os instrumentos emocionais que direcionou seu discurso acadêmico.

Assim, os argumentos na sua obra sugeriram através da sua experiência de vida, sobretudo, aqueles apresentados nas Teses Sobre o Conceito de História. Por isso, as emoções desempenharam funções primordiais na vida, tessitura de sua obra e na motivação para sua morte: já que ele cometeu suicídio durante a perseguição pelos órgãos de repressão do Regime Nazista.

Não é necessário ressaltar de que forma Walter Benjamin vivenciou a condição que marcou sua trajetória no mundo. Ainda mais se tratando de um intelectual cujas origens étnicas impuseram – lhes a condição de marginalidade. Já que Benjamin nasceu numa sociedade que ao longo do século XIX e início do século

XX - através de doutrinas eugênicas e nacionalistas que pregavam supremacia racial e cultural - incentivou o orgulho e instigou o ódio contra aqueles considerados degenerados.

Referir particularmente a doutrinação de ódio contra os judeus, devido às origens étnicas de pensador, mas não se deve esquecer que o sentimento depreciativo, daquele tempo, atingiu pessoas com deficiência, negros, ciganos, homossexuais e todos aqueles que não foram enquadrados pela suposta “perfeição” do modelo ariano.

É importante ressaltar que por ser vítima dos infortúnios causados pela disseminação de ódio ao seu povo, Benjamin, muito provavelmente, intensificou emoções e sentimentos como: raiva, ódio, desprezo aos perseguidores e estes sentimentos tornaram-se mecanismo para sua práxis de vida, escolhas políticas, intelectuais e socioculturais.

Além disso, aventuras juvenis, amizade e relações afetivas realizadas ou não concretizadas despertaram-lhes paixões que são descritas em seus textos, como também contribuíram na aquisição das convicções que são essenciais para as suas crenças políticas.

Todavia, Leandro Konder (1999, p. 28) afirma que apesar destas influências:

Benjamin, no entanto, cuidava de preservar sua liberdade interior para pesquisar em *todas* as direções que lhe parecessem interessantes. E a impaciência dos amigos, uns em relação aos outros, confirmava-lhe a convicção de que não conseguiria ser plenamente compreendido e integralmente aceito por qualquer das pessoas de quem mais gostava, cabendo-lhe, então, assumir - com a serenidade possível - sua solidão.

Por mais que seja audacioso propor tamanha reflexão, sabemos que é possível refletir sobre o papel dos sentimentos e emoções na obra de Benjamin. Entretanto, para fins práticos e objetivos deste texto, o foco está na análise das Teses Sobre o Conceito de História.

Ademais, a filosofia contemporânea e as ciências humanas têm valorizado a influência das emoções na “razão” que move as pessoas, isto é, consolidam-se os argumentos que defendem que “razão e emoção não são inimigos naturais” (MARTINS, 2004, p. 75). Por estes motivos, mais pesquisadores dedicam-se as produções acadêmicas que investigam o papel das emoções em nosso tempo e em outras épocas, nas diversas áreas do conhecimento.

Esses pesquisadores estão interessados em investigar a história das emoções, filosofia das emoções, psicologia das emoções e sociologia das emoções, ou seja, a função das emoções em diferentes épocas, sociedades diversas, nos processos cognitivos e neurais e no campo das ideias, isto é, ampliou-se a variedade das perspectivas acadêmicas para esse “*topos*” do conhecimento humano.

O psicólogo e psiquiatra José Maria Martins (2004, p. 76) afirma que “a palavra emoção vem do latim *e-movere*, que quer dizer mover por dentro”, ou seja, no âmbito das emoções criamos as necessidades que justificam a nossa atuação no mundo: são nas emoções que encontramos a força de vontade para direcionarmos nossa existência.

Para Jean-Paul Sartre, emoção é “uma transformação do mundo. Quando os caminhos traçados se tornam muito difíceis ou quando não vemos caminho algum, não podemos mais permanecer num mundo tão urgente e tão difícil. Todos os caminhos estão barrados, no entanto é preciso agir” (SARTRE, 2008, p.63).

Neste sentido, é provável que os argumentos de Sartre descrevessem com perfeição nosso pensador, se somente imaginarmos que em cada momento de sua vida ele transformou sua atuação em função das emoções que vivenciava. Desta forma, esperança, frustração, medo, raiva, ódio e outras emoções e sentimentos possíveis foram transcritos nos signos que compõe sua obra. Para ele, porém, as emoções também são condições para uma práxis revolucionária presente nas Teses Sobre o Conceito de História e, é a força motriz da atuação cotidiana de nosso pensador.

Ao imaginar a confluência de sentimentos e emoções que Benjamin vivenciou na maior parte da vida, devido sua história pessoal, compreendem-se as argumentações de alguns comentadores ao caracterizá-lo como uma pessoa melancólica. É provável que ele em vários momentos de sua vida, direcionasse suas ações sob o efeito de emoções primárias, isto é, “aquelas que os terapeutas experienciais se referem como sentimentos ‘autênticos’ ou ‘reais’”, mas as emoções primárias causam “uma resposta”, ou seja, “uma situação que é consequência” delas, isto é, provocam as emoções secundárias (MARTINS, 2004, p. 81).

Alguns comentadores descrevem Benjamin na condição de pessoa melancólica, essa situação explica possivelmente a percepção pessimista do mundo. Para Freud (2013) a melancolia:

se caracteriza por um desânimo profundamente doloroso, uma suspensão do interesse pelo mundo externo, perda da capacidade de amar, inibição de toda atividade e um rebaixamento do sentimento de autoestima, que se expressa em autorrecriações e autoinsultos, chegando até a expectativa delirante de punição.” (FREUD, 2013, p. 03)

No entanto, não é possível compreender exatamente as emoções experimentadas por nosso filósofo, uma vez que a nossa apropriação sensível do mundo desenvolveu-se através de experiências diferentes. Supõe-se que sob o efeito das mesmas emoções, provavelmente as reações seriam diferente, não se pode afirmar que a raiva ou tristeza existente em Benjamin tivesse o mesmo efeito em outra pessoa, apenas sugerir que ele viveu uma experiência que lhe causou tristeza e juntamente com outras emoções agindo de forma secundária, provocou-lhe a condição de melancolia que ele demonstrava em suas ações.

Nesse aspecto, pensadores que produziram pesquisas sobre a vida e obra de Benjamin descreveram o sentimento de melancolia que lhe caracterizava: Leandro Konder (1999) dedicou um livro para concepção que denominou “Marxismo da Melancolia”.

Giorgio Agamben (2013) no livro o “Homem sem conteúdo” dialoga com Walter Benjamin sobre o quadro “AngelusNovus” de Klee, intitulando o capítulo de “o anjo melancólico”. Nesse texto, Agamben (2013) estava preocupado em investigar a reflexão crítica de Benjamin sobre a arte, provavelmente usou o termo melancolia para intitular seu texto devido às escolhas biográficas do nosso autor, porém, há de se dizer que por causa de suas escolhas era possível perceber seu estado emocional.

Em outra perspectiva para essa análise, a apropriação das investigações de alguns comentadores benjaminianos, que perceberam que nas escolhas teóricas de Benjamin transpareciam as emoções que vivenciava, à medida que nas suas reflexões, ele optava por pensadores que transmitiam o sentimento de melancolia em suas obras: por este motivo, Leandro Konder (1999, p. 100) destaca a importância de Baudelaire para obra de Walter Benjamin.

Muito provavelmente, o sentimento de melancolia tivesse presença constante na vida do nosso pensador, à medida que se tornou perceptível em suas atividades intelectuais. Talvez, Benjamin buscasse nas atividades cotidianas emoções e sentimentos que pudessem reduzir a melancolia em sua vida. Da maneira como sugere Konder (1999):

Benjamin era um melancólico, porque se sentia condenado a não acreditar definitivamente em coisa alguma, porque buscava uma compreensão que sabia inalcançável, porque "traía" a vida por um caso de amor com um conhecimento que deveria "redimi-lo", porém, afinal, o frustrava. O sentimento da melancolia alertava-o permanentemente quanto a suas limitações, sublinhava a precariedade das suas mais caras convicções e a transitoriedade dos seus juízos mais peremptórios. Quando isso ameaçava tornar-se insuportável, havia sempre o recurso do *humor*, essa maravilhosa válvula de escape, essa auto-relativização divertida, esse fantástico revitalizador da dialética (KONDER, 1999, p. 10).

Por outro lado, não se pode deixar de considerar que as relações humanas contribuem para a estabilidade emocional, pois o ser humano “está afetivamente presente no mundo” (LE BRETON, 2009, p. 111), mas esses sentimentos “podem mudar com passar do tempo e de acordo com as circunstâncias” (Ibidem, p. 111), à medida que são inseridas numa condição histórica. Por isso existem emoções ou sentimentos que podem caracterizar épocas ou sociedades: é o caso do sentimento de ódio direcionado aos judeus.

Anteriormente havia argumentado que a origem de Walter Benjamin condicionou-lhe a vivenciar diversas emoções e sentimentos que normalmente é rejeitado: medo, raiva e tristeza, por exemplo.

Entretanto, as emoções primárias e secundárias nem sempre são percebidas nas ações humanas, ou seja, “as emoções podem estar separadas por alguns segundos, de modo que algumas das respostas iniciais chegam ao fim antes do começo das novas. Outras vezes as emoções ocorrem num tempo coincidente, misturando-se” (EKMAN, 2003, p. 86).

Nessa perspectiva, seria impossível afirmar exatamente quais emoções motivaram-lhe na elaboração das Teses Sobre o Conceito de História. Porém, sabe-se que todas as atividades humanas são medidas por emoções, inclusive a “atividade de pensar não escapa a esse filtro” (LE BRETON, 2009, p. 111).

Nas Teses Sobre o Conceito de História existe várias referências às emoções e, ou sentimentos, ora na condição de relato para justificar suas argumentações e seus próprios sentimentos, ora instrumento político para uma práxis revolucionária para as teses.

Na Tese IX, quando relatou o quadro de Klee “*Angelus novus*”, Benjamin fez a seguinte descrição: “há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente.

Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Voltou o rosto para o passado” (BENJAMIN, 2012, p. 11).

Esse texto de Walter Benjamin despertou a curiosidades. Por isso, observa-se a imagem do quadro no livro de Michel Löwi (2005) “aviso de incêndio”, visando compreender melhor a descrição do nosso pensador. Ao analisar a imagem do quadro percebe-se que o rosto da figura transmite a ideia de surpresa.

Sabe-se que a descrição trata-se de uma “alegoria” (LÖWI, 2005, p. 88). Todavia, em Benjamin “alegoria” não é apenas um mecanismo de ilustração, muito mais que isso, trata-se de uma forma de expressão: “na realidade, o que ele descreve tem muito pouca preocupação com o quadro: trata-se fundamentalmente da projeção de seus próprios sentimentos e ideias sobre a imagem sutil e despojada do artista alemão”, comentou Michel Löwi (2005, p. 88).

Na Tese IX, provavelmente o nosso autor desejasse transmitir um “desabafo” sobre seu estado emocional, uma vez que ele vivencia a frustração diante do desdobramento dos acontecimentos históricos que fortaleceram o fascismo e as ideias totalitárias, por isso, a tristeza e/ou frustração forçava-lhe ao estado de melancolia, assim a tese IX seria uma descrição pessoal do seu estado de emocional.

Entretanto, por que alguém acometido por uma profunda melancolia e tristeza escreveria uma reflexão sobre a História? Quais as suas motivações? Uma vez que o sentimento de melancolia costuma deixar as pessoas desmotivadas.

Conforme Paul Ekman (2003, p. 69) “é difícil não comportar-se emocionalmente quando os riscos são altos”, exatamente como no caso de nosso pensador, porém vários fatores podem estimular diferentes emoções. Sendo assim, muitas vezes estamos tristes e modificamos rapidamente nossa atitude, já que um simples relampejo da memória pode despertar emoções que nos libertam dos domínios de outras emoções que causariam o sentimento de tristeza.

Apesar de o nosso pensador ter sido acometido por profunda tristeza e melancolia no último da sua vida, 1940. Supõe-se que existe nas Teses uma práxis revolucionária, por isso defende-se que as emoções vivenciadas por Benjamin ao perceber a possibilidade de derrota iminente das classes oprimidas para os regimes totalitários, motivaram-lhe nas reflexões que resultou nas Teses Sobre o Conceito de História.

Ekman (2003) sugere que:

Quando estamos sob de uma emoção, uma sucessão de mudanças ocorre em uma fração de segundo – sem que escolhamos ou tenhamos consciência imediata –, nos sinais emocionais faciais e vocais; nas ações predefinidas, nas ações aprendidas; na atividade do sistema nervoso autônomo que regula nosso corpo; nos padrões reguladores que modificam continuamente nosso comportamento; recuperação das memórias e expectativas relevantes e na interpretação do que está acontecendo em nós e no mundo (EKMAN, 2003, p. 89).

Numa perspectiva política, as emoções, nas teses Sobre o Conceito de História, são ferramentas fundamentais para ação revolucionária, já que delas surgem os elementos de persuasão que possibilitam a mobilização da classe oprimida.

Nesse sentido, as emoções são instrumentos necessários para colocar em prática as estratégias da classe dominada nas lutas sociais, pois são condicionantes que evitam a desmobilização dos indivíduos, isto é, sem as emoções a luta de classe perde sentido, estimulando a indolência na classe oprimida. Solomon argumenta que “falar sobre emoções em termos de política é defender que as emoções, ao contrário de meros sentimentos e reações mais primitivas, são inteligentes, estratégias dotadas de propósito” (2011, p. 105).

Walter Benjamin atribuía significativa importância às emoções na luta de classe: “confiança, coragem, humor, astúcia, constância” (BENJAMIN, 2012, p. 06) são forças que movem a classe oprimida rumo à vitória nas lutas sociais. Dessa forma, conforme Michel Löwi “o que esta em jogo na luta é material, mas a motivação dos atores sociais é espiritual” (LÖWI, 2005, p. 59). Por isso, só é possível a reação da classe oprimida se somente as emoções forem canalizadas para fornecer o “combustível” necessário à manutenção da luta de classes.

Se por um lado, Benjamin ressaltou o papel das emoções na condição de instrumento político para a classe oprimida. Por outro, ressaltou que emoções sentimentos ou falta de emoções sentimentos podem favorecer a manutenção do poder e a violência da classe dominante contra os oprimidos.

Talvez por isso, na Tese VII, ele condenou o sentimento de empatia dos historiadores historicistas com a classe dominante, acusando-os de simpatizarem com os opressores quando realizavam suas investigações históricas: ele denunciou

os historiadores filiados à escola positivista de serem indolentes e apáticos (BENJAMIN, 2012, p. 09).

Uma pessoa indolente caracteriza-se por ter pouca sensibilidade ou ser apática aos acontecimentos sociais. Já acedia é sinônimo de tristeza ou melancolia profunda, isto é, um estado de constante desânimo ou fraqueza.

Provavelmente, Benjamin escolheu esses termos para criticar os historiadores positivistas, pois a apatia deles em relação à classe oprimida acabou fortalecendo os discursos totalitários. Além disso, deduziu que a indolência e a acedia existente nesses historiadores são as motivações para a simpatia com as ações dos dominadores, assim eles silenciaram a História da classe dominada.

Nesse sentido, Benjamin destaca o empenho da classe dominante em apagar o vínculo dos oprimidos com seu passado, visto que dessa forma a classe trabalhadora desprender-se-ia dos mecanismos da memória que despertaria os instrumentos emocionais necessários à luta classe.

Sendo assim, na tese XII, Benjamin cita o ódio e qualifica-o na condição de mecanismo primordial na luta dos oprimidos. Por isso, ao investigar os acontecimentos históricos em diferentes sociedades, numa perspectiva que viabilize a percepção das ações revolucionária da classe dominada, identifica-se que ódio proporcionou vitórias a este grupo social: a Revolução de Escravos no Haiti, entre 1791 e 1804; Revolução Russa em 1917; a Revolução Cubana de 1959 são exemplos de acontecimentos históricos cujas emoções foram um dos combustíveis para estimular a explosão do contínuo da História³.

Não é nosso objetivo dialogar sobre posições ideológicas nesses eventos históricos, mas demonstrar que esses eventos foram possíveis devido ao fortalecimento de sentimentos como ódio e rancor, pois na práxis revolucionária os indivíduos necessitam das emoções para criar as condições para sua efetivação. Segundo Michel Löwi, “para Benjamin, as emoções dos oprimidos, longe de serem a expressão de um ressentimento invejoso, de um rancor Impotente, são fonte de ação, de revolta ativa, de práxis revolucionaria” (LÖWI, 2005, p. 112).

Contudo, restaurar a “aura” da história seria o meio para despertar o ódio que a classe oprimida necessita para criar os meios que abririam a porta para a vinda do

³Na Tese XIV Benjamin diz que “a história é objeto de uma construção cujo lugar é constituído não por um tempo vazio e homogêneo, mas por um tempo preenchido pelo Agora”(BENJAMIN, 2012, p.16). Entendemos que os “agoras” são momentos carregados por emoções, sendo possível nesses momentos romper com “contínuo da história”

Messias, ou seja, resgatar a história dos oprimidos que lutaram em diferentes épocas deve ser a função da historiografia, porque dessa maneira a história funcionaria como um instrumento para a redenção dos oprimidos. Para isso, seria primordial a rememoração, pois só assim seria possível criar os instrumentos introspectivos que culminaria numa revolução dos oprimidos em todo mundo.

Nesse caso, é preciso estimular através da historiografia um processo de ressignificação do ódio em favor da luta de classe. Todavia, os sentimentos não surgem espontaneamente, são despertados, uma vez que “a emoção é a própria propagação de um acontecimento passado, presente ou vindouro, real ou imaginário, na relação do indivíduo com o mundo” (LE BRETON, 2009, p. 113).

O ódio, na concepção de Walter Benjamin, é um instrumento à consciência histórica, pois é alimentado na memória dos oprimidos, através da rememoração daqueles que em outras épocas lutaram pela salvação, por isso é uma ferramenta para a redenção do passado. Todavia, a empatia pode instrumentar o ódio direcionando-o para a organização da luta de classe, desde que este sentimento seja desenvolvido através da identificação afetiva com as vítimas da violência imposta pela classe dominante.

Nas teses Sobre o Conceito de História, o ódio – juntamente com outros sentimentos e emoções – é um meio para atingir os objetivos da classe oprimida, isto é, um instrumento político fundamental para vitória dos oprimidos e o processo de transformação da sociedade.

Mesmo evitando a redundância, insistindo na ideia que concebe os sentimentos e emoções na condição de meios de luta, isto é, instrumentos políticos para a luta de classe.

Não obstante, os sentimentos e emoções também são concebidos por Benjamin numa perspectiva teleológica, ou melhor, são os fins, dizendo de outra maneira, os objetivos pelos os quais a classe oprimida deve lutar, ou seja, a felicidade.

Nessa perspectiva, a felicidade é um sentimento complexo, pois diversas situações podem estimular este sentimento, ou seja, “o termo felicidade é problemático, pois, como infelicidade não é suficientemente específico. [...], há diversas emoções felizes. Diversão e alívio, por exemplo, são experiências felizes muito diferentes, tanto entre si quanto de medo e raiva” (EKMAN, 2003, p. 75).

Na concepção de nosso filósofo, a felicidade é um estado de consciência, ou seja, um estado do emocional que deve ser alcançado através da libertação dos oprimidos. Entretanto, a felicidade poderá ser alcançada, somente se houver a redenção daqueles que lutaram em outras épocas, uma vez que a salvação dos oprimidos consiste, em primeiro momento, na rememoração: “na ideia que fazemos da felicidade vibra também inevitavelmente a da redenção” (BENJAMIN, 2016, p. 04).

Sob essa perspectiva é possível para o Messias, isto é, a revolução (LÖWI, 2005) “parar para acordar os mortos e reconstituir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído” (BENJAMIN, 2016, p. 11), porque a “felicidade pessoal pressupõe a redenção de seu próprio passado, a realização do que poderia ter sido, mas não foi” (LÖWI, 2005, 48). Neste caso, a redenção do passado é um requisito para a classe oprimida vencer a peleja em busca da felicidade, conseguir a salvação, isto é, finalizar as lutas entre classes sociais, como também, alcançar o propósito de instituir uma sociedade sem classes.

Conclusão

Essa dissertação objetivou refletir sobre a função da História na perspectiva que Walter Benjamin propôs nas “teses sobre o conceito de História”, mais especificamente, no papel que a historiografia desenvolve para a construção da cultura historiográfica hodierna, isto é, para a construção da cultura historiográfica dominante.

Por isso, foi necessário refletir sobre a maneira como a linearidade herdada das ciências da natureza e instrumentada como método historiográfico, transmitindo a ideia de que a História segue uma linha somatória, pela qual um evento histórico é colocado como consequência de outro evento histórico.

Esse modelo é uma herança dos métodos apodícticos que surgiram após a revolução científica do século XVI, da maneira como explicou Boaventura Souza Santos (2003): “a matemática fornece à ciência moderna, não só o instrumento privilegiado de análise, como também a lógica da investigação, como ainda o modelo de representação da própria estrutura da matéria” (SANTOS, 2003, p. 15).

No entanto, essa perspectiva é criticada por Benjamin (2016) quando atacou o historicismo nas “teses sobre o conceito de história”, segundo ele, o “método é aditivo: oferece a massa dos fatos acumulados para preencher o tempo vazio e homogêneo” (BENJAMIN, 2016, p. 19).

Dessa maneira, para que a história pudesse estimular a redenção dos oprimidos, seria necessário romper com o modelo apodítico que foi desenvolvido após a revolução científica do século XIX e se tornou o mecanismo metodológico da cultura historiográfica hodierna.

Na ótica de Benjamin, seria necessário adotar um método inspirado pelo materialismo histórico, pois:

O materialista histórico ocupa-se de um objeto histórico apenas quando este se lhe apresenta como uma tal monada. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma paragem messiânica do acontecer ou, por outras palavras, o sinal de uma oportunidade revolucionária na luta pelo passado reprimido. E aproveita essa oportunidade para forçar uma determinada época a sair do fluxo homogêneo da história; assim, arranca uma determinada vida à sua época e uma determinada obra ao conjunto de uma *oeuvre* (BENJAMIN, 2016, p. 19).

Nesse sentido, Benjamin (2016) considera o modelo historiográfico herdeiro das ciências da natureza como uma catástrofe, porque se trata de um modelo historiográfico cujo discurso foi desenvolvido com empatia a visão histórica da classe dominante e acabou formalizando uma cultura histórica com esse objetivo. Pois esse método acaba silenciando os eventos históricos da classe dominada em favor daqueles pertencentes à classe dominante, de modo que impossibilita a redenção dos oprimidos na perspectiva defendida por Benjamin (2016).

O “estado de exceção” também pode ser considerado uma catástrofe, à medida que é utilizado como “*gewalt*”, isto é, violência do poder. Esse mecanismo pode ser utilizado pela classe dominante como instrumento para reprimir as ações revolucionárias da classe oprimida, como uma greve geral revolucionária, por exemplo.

Pode-se considerar uma catástrofe histórica o modo como acontece à apropriação do saber Histórico nas instituições escolares, uma vez que as práticas de ensino são inspiradas na racionalidade apodítica e, é desconsiderada a experiência histórica que se trata de um instrumento primordial para a aquisição da consciência histórica pela classe oprimida.

Além disso, a reprodutibilidade técnica foi um mecanismo intensificado após a revolução industrial e serviu como instrumento para a disseminação do saber histórico e das obras de artes como refletiu Benjamin (2017).

Cabe ressaltar que a reprodutibilidade técnica, por um lado, estimulou a divulgação do saber histórico, já que por esse meio surgiram novas mídias que estimularam a divulgação do saber histórico. Mas, por outro lado, serviu para divulgar uma cultura historiográfica e histórica produzida a partir de uma perspectiva de ordem burguesa, na qual é negada a experiência histórica da classe oprimida.

Dessa maneira, a classe oprimida não desenvolve o sentimento de pertencimento que possibilita à construção das emoções e sentimentos que é necessária a construção da consciência histórica no âmbito da classe oprimida. Há de se dizer que as emoções e sentimentos possuem duas características nas “teses sobre o conceito de história”.

Sendo assim, as emoções e sentimentos são instrumentos que possibilitaram a Walter Benjamin a elaboração da sua obra, pois é o mecanismo que orientou suas escolhas teóricas, políticas e acadêmicas. Ademais, as emoções e sentimentos aparecem nas “teses sobre o conceito de História” com uma ferramenta para a práxis revolucionária, pois sentimentos como o ódio pode ser uma força motriz para a classe oprimida promover a revolução que seria a redenção dos oprimidos.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. **O homem sem conteúdo**. Trad. Cláudio Oliveira. 2º Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**, trad. I. Poletti, São Paulo: Boitempo, 2004. (tradução de *Stato de eccezione*, BollatiBoringhieri, 2003).
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Trad. Henrique Burigo, 2º ed.- Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- AGAMBEN, Giorgio. **Infância e História: destruição da experiência e origem da história**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.
- ALMEIDA, João Ferreira de. Trad. A Bíblia Sagrada (revista e atualizada no Brasil) 2 ed. São Paulo. Sociedade Bíblica Brasileira, 1993.
- BARROS, José de Assunção. A historiografia e os conceitos relacionados ao tempo. **Dimensões**, Rio de Janeiro: vol. 32, 2014, p. 240-266.
- BENJAMIN, Walter. **ORIGEM DO DRAMA BARROCO ALEMÃO**. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- BENJAMIN, Walter. **O anjo da História**. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- BENJAMIN, Walter. **O anjo da História**. Trad. João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvin, 2010.
- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Trad. Gabriel Valadão Silva. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2017.
- BENJAMIN, Walter. **Ensaio reunidos: escritos sobre Goethe**. Trad. Mônica Krausz Bornebusch, Irene Aron, Sidney Camargo. São Paulo: Duas Cidades; Ed 34, 2009.
- BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade brasileira. *Educar*, editora da UFPR, n. 12, p. 153-165. 1996.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 57º. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- BRITO, Rosa Mendonça de. Et al. A hermenêutica e o processo de construção do conhecimento. **Dialógica**. Manaus, Vol.1, n.3, 2007.
- CARVALHO, Maria Elizete de Guimarães. Quando a leitura do mundo precede a leitura da palavra: Angicos, 1963, o testemunho da memória. In: PINHEIRO, Antonio Carlos; CURY, Cláudia, Engler. **Histórias da Educação na Paraíba: lembrar e comemorar João Pessoa**: Editora Universitária/UFPB, 2012.

- CERTEUA, Michel. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- DAMÁSIO, Antônio. **O sentimento de si: o corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência**. Portugal: Europa – América, 1999.
- DECOTHÉ, Joel. História e estado de exceção no pensamento de Walter Benjamin **Ensaio Filosófico**, Volume XII – Dezembro/2015.
- EAGLETON, TERRY. **A Ideia de cultura**. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: Unesp, 2003.
- EKMAN, Paul. **A linguagem das emoções**. São Paulo: Lua de Papel, 2003.
- FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: história e cultura histórica. **Saeculum**, João Pessoa, 2007.
- FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**. Trad. Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. (1ª edição: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- IOHANNIS, Amos Comenius. **Didática magna**. Trad. Joaquim Ferreira Gomes. Fund. Calouste Gulbenkian, 2001. E-Book. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/didaticamagna.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2018.
- Gagnebin (trad. das Teses). São Paulo: Boitempo, 2005.
- KONDER, Leandro. **Walter Benjamin: o marxismo da melancolia**. 3º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- MARTINS, José Maria. **A lógica das emoções necessária e na vida**. Petrópolis: vozes, 2004.
- LE BRETON, David. **As paixões ordinárias: antropologia das emoções**. Petrópolis: vozes 2009.
- LÖWY, Michel. **Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de História"**. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Branr; Jeanne Marie
- MALFATTI, SelvinoAntonio. A teoria das elites como uma ideologia para perpetuação no governo. Santa Maria: **Thaumazein**, 2008.

MARSILLAC, Narbal de. Racionalidade retórica e argumentativa. **Princípios**. Natal: v.18, n.30, jul - dez. 2011.

MADEIRA, Miguel Carlos. Situações em que a aula expositiva ganha eficácia. In. **XII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE)**. Curitiba: PUCPR, 2015.

MARSILLAC, Narbal de. Racionalidade retórica e argumentativa. **Princípios**. Natal: v.18, n.30, jul - dez. 2011.

MARTINS, José Maria. **A lógica das emoções necessária e na vida**. Petrópolis: vozes, 2004.

MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. Trad. James Emanuel de Albuquerque. **TEMPO**, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a10v1428.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

MORAIS, Guilherme Augusto Louzada Ferreira de. O conceito de experiência, de Walter Benjamin, análogo às narrativas heroicas clássicas. **Letras Escreve**, Macapá: v. 7, n. 3, 2017.

NASCIMENTO, George Silva do. Cultura historiográfica e Cultura histórica: conceitos antagônicos ou complementares? (Anais) In. **3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: Edufop, 2009.

PERELMAN, Chaïm; OLBHECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PRESTES, Nadja Mara Hermann. **Educação e racionalidade: conexões e possibilidades de uma razão comunicativa na escola**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

PORTO, Cristiane de Magalhães. Um olhar sobre a definição de cultura e de cultura científica. **Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2011.

REALE, Giovanni. **Metafísica de Aristóteles – volumes 1, 2 e 3**. São Paulo: Loyola, 2002.

ROHDEN, Luiz. Racionalidade retórica, uma linguagem filosófico-hermenêutica em Aristóteles. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte: v. 25, n. 81, 1998.

REIS, José Carlos. **História: entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

ROHDEN, Luiz. Racionalidade retórica, uma linguagem filosófico-hermenêutica em Aristóteles. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte: v. 25, n. 81, 1998.

SANTOS, Deibson Joaquim; Azevedo, Edmilson Alves de. Críticas ao Historicismo e racionalidade apodítica nas Teses sobre o conceito de história de Walter Benjamin. **Problemata**, João Pessoa: v. 9. N. 2, 2018.

SANTOS, Boaventura Souza. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez , 2003.

SARTRE, Jean-Paul. **Esboço para uma teoria das emoções**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

SIGNIFICADOS. **Significado de Razão**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/razao>>

SCHMITT, Carl. **Teologia política**, Trad. Elisete Antoniuk. Belo Horizonte:Del Rey, 2006.

SCHOLT, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. **História da historiografia**, Ouro Preto: N. 6, 2011, p. 42-63.

SELIGMANN-SILVA. Márcio. **Walter Benjamin: o Estado de Exceção entre o político e o estético**. Outra travessia. Revista de Literatura. São Carlos: n. 5, 2005.

SOLOMON, Robert. **O prazer da filosofia: entre a razão e a paixão**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

SILVA, Tales Sales da. **Uma leitura política das teses sobre a filosofia da história de Walter Benjamin**. Dissertação (mestrado em Filosofia). João Pessoa, Centro De Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPB, 2012.

TOSI, Giuseppe. O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil. **Cadernos IHUdeias**. São Leopoldo: Volume 15, n, 267, 2017.

TORRES, Luiz Henrique. O conceito de história e historiografia. **BIBLOS**, v. 8, p. 53-59, dez. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/443>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

TOULMIN, Stephen E. **Os usos do argumento**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.